



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS		
EVENTO: AUDIÊNCIA PÚBLICA	Nº: 0714/04	DATA: 01/06/200 4
INÍCIO: 15h22min	TÉRMINO: 18h15min	DURAÇÃO: 02h53min.
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h53min.	PÁGINAS: 55	QUARTOS: 35

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
IRADJ ROBERTO EGHRARI - Secretário Nacional para Assuntos Externos da Comunidade Bahá'i do Brasil. MARY CAETANA AUNE - Representante do Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos. HERBERT BORGES PAES DE BARROS - Gerente do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. AÍDA MARIA MONTEIRO SILVA - Coordenadora do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. CARLOS ALBERTO VIEIRA - Representante da UNESCO no Brasil.

SUMÁRIO: Educação em Direitos Humanos no Brasil.
--

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Há intervenções inaudíveis



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - A todos os presentes, ilustres convidados e nobres colegas, pedimos desculpas, porque tivemos de resolver assuntos que estão em tramitação no Senado Federal relacionados com a emenda constitucional.

Na condição de Presidente da Comissão, requeremos uma interlocução à Consultoria que está dando assistência ao Relator da matéria, e isso demandou algum tempo, impedindo que estivéssemos aqui no momento aprazado.

Mais uma vez, pedimos desculpas a todos.

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública, que tem como finalidade discutir os rumos e os instrumentos da educação em direitos humanos no Brasil.

Os ilustres convidados para esta audiência estão convidados a também compor a Mesa: Sr. Carlos Alberto Vieira, Representante da UNESCO no Brasil; Sra. Aída Maria Monteiro Silva, Coordenadora do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Sr. Herbert Borges Paes de Barros, Gerente do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Sr. Iradj Roberto Eghrari, Secretário Nacional para Assuntos Externos da Comunidade Bahá'í do Brasil; Sra. Mary Caetana Aune, Representante do Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Comunico ainda o lançamento oficial, durante esta reunião, do banco de dados Quem é quem na Educação em Direitos Humanos no Brasil, projeto executado pelo Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Gostaria de lembrar que o requerimento para realização desta audiência é de autoria do Deputado Orlando Fantazzini, que se encontra aqui presente e é membro desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

O tempo concedido aos expositores será de 20 minutos. Após a exposição, será concedida a palavra os Deputados presentes, respeitada a ordem de inscrição.

Cada Deputado disporá de 3 minutos para as considerações, pedidos de esclarecimentos ou questionamentos. O mesmo tempo será dado aos expositores.

A reunião será gravada para posterior transcrição, e por isso solicito que falem ao microfone.



Vamos, então, conceder a palavra, de acordo com a ordem anunciada pelo Secretário, ao Sr. Iradj Roberto Eghrari, Secretário Nacional para Assuntos Externos da Comunidade Bahá'í do Brasil.

Peço à Secretaria que nos auxilie no monitoramento do tempo.

Com a palavra o Sr. Iradj Roberto Eghrari.

O SR. IRADJ ROBERTO EGHRARI - Sr. Deputado Jairo Carneiro, em nome de quem saúdo os demais componentes desta Mesa, desde já peço escusas por estar afônico hoje. Estou me esforçando ao máximo para conseguir falar. Normalmente esta não é minha voz.

Quero agradecer ao Deputado Orlando Fantazzini a oportunidade que está oferecendo à sociedade brasileira de, nesta audiência pública, discutir sobre a educação em direitos humanos. Também nos está sendo oferecida a oportunidade de apresentar o primeiro resultado de um esforço nacional de se mapear todas as iniciativas sobre educação em direitos humanos de que temos conhecimento no País.

A comunidade Bahá'í do Brasil, há alguns anos, vinha tendo a preocupação de que houvesse uma instância em que todos aqueles que trabalham pela educação em direitos humanos pudessem se reunir e trocar experiências que já se vêm desenvolvendo há décadas. Temos redes formadas, como a Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos. Temos redes eletrônicas, como a DHNET. Temos o Movimento Nacional em Direitos Humanos, com vasta experiência nesse campo. Temos, no Ministério Público Federal, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão — e tenho a alegria de ver aqui a Dra. Maria Eliane Menezes de Farias, que ocupou o cargo de Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão até recentemente. Esse grupo de pessoas e organizações decidiu, no ano 2000, formar um fórum por meio do qual pudéssemos levar adiante esse sonho de mapear e conhecer tudo aquilo que existia sobre educação em direitos humanos no Brasil.

É importante lembrar que, nessa época, não existiam o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, convocado e constituído no ano de 2003 — e temos a alegria de ter conosco a Profa. Aída Monteiro, Coordenadora Nacional do Comitê. Tínhamos uma série de iniciativas dispersas no País, mas não uma



instância na qual pudéssemos conversar todos e tratar da tão importante missão de conhecermos o que é feito no País em termos de educação em direitos humanos.

Por que isso era tão importante? Era importante à medida que esforços começavam a se duplicar e triplicar às vezes. Havia organizações que preparavam, por exemplo, uma oficina para capacitação de policiais em direitos humanos. Isso é feito no Nordeste do País, mas eles não tinham conhecimento de iniciativas feitas no Sul do País. Era um programa idêntico, todo um esforço repetido. Os professores não tinham conhecimento de quais os currículos ou os pequenos projetos que poderiam ser colocados em ação numa escola para que, desde logo, pudessem ser iniciadas ações com o intuito de educar os seus alunos em direitos humanos. Algumas iniciativas eram tomadas de forma fragmentada e dispersa por todo o País.

Quando o Fórum se estabeleceu, essa instância de diálogo, decidimos pelo nosso primeiro projeto. Vimos um grande projeto nesse Fórum, que era o de estabelecer um Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. E foi por meio dos esforços dos diferentes componentes desse Fórum, da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, da Comunidade Bahá'í, do Movimento Nacional de Direitos Humanos, da DHNET, de universidades, como a Universidade Federal da Paraíba, que também faz parte desse Fórum, a Universidade de Brasília, enfim, várias instâncias, centros acadêmicos, centros de pesquisa, que pudemos mostrar ao Governo brasileiro a necessidade de constituir um comitê que pudesse finalmente colocar em ação um plano nacional de educação em direitos humanos.

Ao mesmo tempo, o Fórum decidiu fazer sua primeira investida em pesquisa, e o resultado dessa pesquisa será hoje apresentado pela Mary, representante do Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos. Sendo assim, podemos dizer que este é um momento de realização. Este é, digamos, o primeiro patamar que alcançamos em termos de realizações. Patamar esse em que podemos oferecer ao novo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos um mapeamento geral do que existe de iniciativas em educação em direitos humanos no País.

Finalizo minha intervenção dizendo que há momentos na história de um país que devem ser aproveitados rapidamente. Acredito que a vida humana é como uma seqüência de ondas no mar. Eu, como carioca, um garoto que sempre ia à praia pegar jacaré, pegar ondas, como dizemos lá, há horas em que, se vemos uma onda



e se dissemos “esta será a melhor onda”, mas se, por outro lado, não nos apressamos, perdemos momento, e, como se diz na linguagem de quem pega onda, a onda enche, não conseguimos mais pegar aquela onda e a perdemos.

E a vida é essa sucessão de ondas. Há momentos em que temos de pegar aquela onda rapidamente e nos esforçarmos, para então pegar o impulso que ela nos dá. E penso que o País está aproveitando este momento, esta onda que se encontra neste instante no País, de violência, de perda de valores humanos de forma inédita, de questionamento sobre os rumos daquilo que seria a tessitura moral do País. Creio que este é o melhor momento; esta é a crista da onda que deveríamos ter tomado, e a tomamos de fato.

E o Governo brasileiro foi sensível a isso no momento em que instituiu um Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Não há momento melhor para se fazer isso. E não há momento melhor para apresentarmos à sociedade brasileira o que de melhor ela construiu nas últimas décadas em educação em direitos humanos, porque agora as organizações da sociedade civil, os organismos governamentais, os próprios organismos internacionais podem dispor de um instrumental que fique à disposição de cada um com o que há de melhor na produção brasileira em termos de educação em direitos humanos.

Então não quero nem dizer de momento de perda de esperanças, mas de busca de esperanças. É um momento de ação; estamos num momento de ação bastante rico. O País necessita de educação em direitos humanos. A sociedade brasileira confia e deposita, correta ou equivocadamente, toda a sua expectativa de formação das crianças e jovens nos sistemas educacionais formais ou não formais. E daí então esses sistemas têm de ter à disposição um conjunto de programas, projetos, currículos e iniciativas que dêem aos professores e aos facilitadores desses programas educacionais a possibilidade de levar à sociedade brasileira, à infância, à adolescência, à juventude, um passo adiante na formação da sua identidade cidadã, da sua identidade enquanto sociedade que respeita os direitos humanos.

Mais uma vez parablenizo esta Casa pela iniciativa desta audiência pública. Parablenizo o Deputado Orlando Fantazzini por ter tomado a iniciativa de trazer à discussão da sociedade brasileira a educação em direitos humanos e por permitir



que os primeiros resultados de uma pesquisa possam ser apresentados. Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Agradecemos a V.Sa. a participação.

Tenho a relação da ordem de apresentação, mas peço permissão para fazer uma consulta à Mesa.

O Sr. Iradj Roberto Eghrari falou sobre a pesquisa, e questiono se a ordem não enseja a apresentação imediata da pesquisa. Consulto os expositores sobre se faz sentido que esses resultados sejam apresentados agora para servirem de pano de fundo para os próximos expositores. Gostaria de saber da Mesa se ela concorda em que tenhamos logo essas informações que podem servir de subsídio também para as manifestações. Do contrário, chamaremos logo o Sr. Herbert Borges Paes de Barros.

(Intervenção fora dos microfones. Inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Creio que isso seria bom para dar mais fundamentação aos debates que vamos travar, e até para as intervenções dos seguintes expositores.

Convido a falar a Sra. Mary Caetana Aune, representante do Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos.

A SRA. MARY CAETANA AUNE - Senhoras e senhores, sou Mary Aune, pesquisadora do Fórum de Educação em Direitos Humanos. Quero, mais uma vez, agradecer ao Deputado Orlando Fantazzini, que nos deu todo esse suporte e convocou esta audiência pública. Agradecemos à Comissão de Direitos Humanos, que está dando toda força para que possamos trazer aos senhores os resultados dessa pesquisa que tem bastante coisa a contribuir, como o Sr. Iradj Roberto Eghrari falou há pouco.

Creio que todos devem ter recebido esse CD, o nosso banco de dados. Quem não recebeu, saibam que ali na frente na entrada do plenário temos mais exemplares. Ele contém o banco de dados que foi produzido pelo Fórum de Educação em Direitos Humanos. Esse banco de dados, como disse o Sr. Iradj, traz informações sobre todas as iniciativas de educação em direitos humanos de que se tem notícia no Brasil.



(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui vemos parte da biblioteca do Fórum de Educação em Direitos Humanos. Essa biblioteca contém diversos *links*, tanto nacionais quanto internacionais, que trazem para nós textos relevantes da área de educação em direitos humanos que já foram produzidos tanto no Brasil quanto internacionalmente. Temos alguns *links* da ONU que também vale muito a pena analisarmos. Há algumas coisas em espanhol, algumas coisas em francês, que podem ser utilizadas também por instituições que querem trabalhar em educação em direitos humanos e, muitas vezes, não sabem onde pesquisar.

Na parte de consulta, disponibilizamos uma série de possibilidades. Temos pesquisa por instituição, que mostra todas as instituições cadastradas ao longo desse tempo de projeto. A primeira fase foi em 2002, e a segunda fase foi do final de 2003 até agora, março de 2004.

Atualmente na Internet já temos 203 entidades. No banco de dados do CD temos 201, o que significa que o banco de dados ainda está recebendo contribuições de instituições que querem se cadastrar em educação em direitos humanos.

Em termos de campanhas, temos ali 28 campanhas listadas; 19 currículos, 192 oficinas, 44 programas, 99 projetos e 191 publicações.

Só para explicar um pouco a parte técnica desse projeto, lembro que as instituições desenvolvem diferentes tipos de atividade, separadas de acordo com seu escopo. Se olharmos o último, que tem 191 publicações, são todos os materiais escritos que foram feitos com relação à educação em direitos humanos. Então são livros, cartilhas, coisas desse tipo.

Ampliando-se um pouco mais, essas publicações podem ser utilizadas em projetos de educação em direitos humanos, que são projetos para se aplicar os conteúdos dessas publicações, fazendo com que as instituições tenham realmente o alcance da comunidade em foco.

Expandindo um pouco mais, esses projetos podem vir a se tornar programas, e assim vai. Podem se tornar oficinas, o que seria um pouco mais abrangente. Temos os currículos e, finalmente, as campanhas de educação em direitos



humanos. E logo, logo vamos pensar em algo muito maior que engloba diversos projetos, publicações e oficinas.

Analisemos o *link* de instituições. São 203 instituições em tela. Temos cadastradas instituições de praticamente todos os Estados brasileiros.

A Associação Comunitária Pró-Educação, de São Paulo, é um dos nossos exemplos que vamos dar aqui. Apresenta 4 publicações que vêm listadas abaixo. Por exemplo, vemos ali em cima a Constituição do Estado de São Paulo. A Constituição do Estado de São Paulo foi trabalhada pela Associação Comunitária como uma publicação em direitos humanos, a fim de dar aos cidadãos paulistas a possibilidade de entender melhor essa legislação. O sentido disso é fazer realmente cidadãos. Porque não basta conhecermos a lei; temos de saber quais são as implicações da lei na vida quotidiana.

Na parte de oficinas dessa instituição, temos o Estatuto da Criança e do Adolescente. Como participantes estão professores e comunidades convidadas do Estado de São Paulo.

Além disso, temos a parte de projetos. Houve o curso de formação de comunidades para a cidadania, que tem o objetivo de fortalecer o respeito aos direitos humanos e garantias fundamentais.

Há diversas coisas, mas não vamos citar todas porque realmente isso não é necessário.

A Associação de Apoio a Meninas e Meninos da Região da Sé é outra instituição cadastrada e também tem uma série de campanhas, currículos, publicações, etc.

Outra forma de busca que podemos adotar nesse banco de dados é cruzando as informações de cada instituição cadastrada. Então, se formos à parte de publicação especificamente e procurarmos, por exemplo, o Instituto de Defesa dos Direitos Humanos do Paraná, surge uma série de iniciativas feitas por eles e que estão aí divulgadas para que as pessoas possam entrar em contato e saber, se quiserem fazer algo parecido em seus Estados, como fazer. O dados são divulgados justamente para que as pessoas criem uma rede de contato.

Estou mostrando aqui as diversas formas de pesquisa que podemos fazer a partir desse banco de dados.



Se quisermos procurar, por exemplo, alguma coisa na Unidade Federativa do Acre, vamos encontrar lá, como exemplo de instituição que trabalha com educação em direitos humanos, o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular — DDHEP, que, da mesma forma, tem uma série de trabalhos feitos no sentido de educar em direitos humanos. Os trabalhos podem ser consultados; é só fazer contato com a instituição.

Mais à frente, o novo projeto do Fórum prevê a inserção dos materiais dentro do banco de dados. Então, em vez de se abrir o banco de dados e se conseguir apenas as referências de onde procurar os projetos, o projeto estará lá. Assim, as pessoas poderão adaptar o projeto para então poderem trabalhar dentro de suas realidades locais de forma a difundir a educação em direitos humanos da melhor forma possível.

Juntamente com o banco de dados, também produzimos uma série de mapas que representam os comparativos estatísticos de quantas iniciativas de cada tipo existem em cada região. Isso é importante porque nos permite visualizar onde estão localizadas as instituições, o que serve de subsídio para incentivarmos o uso de campanhas e iniciativas de educação em direitos humanos nos Estados carentes desse tipo de iniciativa.

Este é o mapa de campanhas. Se observamos os comparativos, veremos que no Distrito Federal se concentram 21,43% das campanhas de educação em direitos humanos. No entanto, isso significa somente 6 campanhas, que é um número muito baixo. Então, se somarmos todos esses percentuais, chegaremos à conclusão de que Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro detêm mais de 50% das campanhas de educação em direitos humanos no Brasil inteiro.

Lá no final, temos Estados como Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, que têm apenas 1 campanha de educação em direitos humanos; ou seja, há muita carência.

O objetivo principal desse levantamento é justamente permitir a visualização de onde estão as áreas carentes.

O próximo mapa é o de currículos. Com relação a currículos, se observarmos os números e somarmos os percentuais de São Paulo e Minas Gerais, vamos perceber que 78,95% dos currículos de educação em direitos humanos estão



concentrados nesses 2 Estados. Isso significa que todas as outras Unidades da Federação concentram menos de 30% dessas iniciativas em educação em direitos humanos, o que é um percentual extremamente baixo.

No próximo mapa, o de oficinas, vamos observar também que a concentração continua nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Este último Estado entra agora. O Rio Grande do Sul tem 24 oficinas de educação em direitos humanos, cadastradas até agora no banco de dados, enquanto São Paulo possui 41 dessas oficinas. Se formos olhar um Estado como o Pará, que tem 0,52% dessas iniciativas, chegaremos à conclusão de que é um índice muito baixo. Isso, sem contar com outros Estados que não estão listados aí. Por exemplo, Tocantins não tem nada em educação em direitos humanos.

Então, esses são dados bastante alarmantes. Precisamos de políticas públicas e de promoção da educação em direitos humanos, de forma geral.

Quanto à divisão dessas iniciativas em educação em direitos humanos no País inteiro, os dados que vou repassar para vocês agora são os números totais por Região. Na Região Sul, há 44 iniciativas, de forma geral. São 3 Estados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Norte, onde estão Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Roraima e Rondônia, há 10 iniciativas de educação em direitos humanos, contando currículos, campanhas, oficinas, publicações etc., sendo que Roraima e Rondônia não apresentam nenhuma iniciativa cadastrada no banco de dados até hoje.

Passando para o Centro-Oeste, a mesma coisa ocorre com Mato Grosso e Tocantins, onde não há atividades em educação em direitos humanos, pelo menos as que sejam passíveis de serem cadastradas no banco de dados sobre esses Estados específicos.

Se somarmos os outros Estados dessa Região, Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso do Sul, vemos que o Distrito Federal tem 34, ao passo que Goiás e Mato Grosso do Sul têm 2 iniciativas em educação em direitos humanos cada um, no total de 38 para a Região Centro-Oeste.

No Sudeste há um número bastante bom até. São 116 no total, sendo que 58 delas estão concentradas no Estado de São Paulo, e 30 no Rio de Janeiro.



No Nordeste, Alagoas e Piauí também não têm nenhuma iniciativa de educação em direitos humanos, ao passo que Bahia e Pernambuco têm 15, Rio Grande do Norte tem 29, e Ceará tem 13. Os outros têm números bastante menores.

De qualquer forma, o que podemos concluir dessa pesquisa, desse banco de dados, é que esse desenvolvimento de atividades de educação em direitos humanos é uma condição realmente essencial para a difusão e o fortalecimento dos direitos humanos de forma geral. É preciso que haja participação maior de todas as esferas políticas, e também das organizações não-governamentais, com o intuito de alcançar um patamar um pouco mais digno para o Brasil. Temos um país riquíssimo, com pessoas que têm iniciativas maravilhosas, mas que não estão sendo multiplicadas. Então, o objetivo desse projeto é divulgar essas iniciativas, tanto de instituições grandes quanto de pequenas, para que possamos replicar essas iniciativas e fazer do nosso País um lugar melhor para se viver, com pessoas mais cidadãs.

Minha fala termina por aqui, por enquanto. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Agradecemos a contribuição de V.Sa.

Ouçamos agora o Sr. Herbert Borges Paes de Barros, Gerente do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

O SR. HERBERT BORGES PAES DE BARROS - Senhoras e senhores, para a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República também é uma alegria participar desta audiência pública, a respeito da qual apresentamos nossas congratulações ao Deputado Orlando Fantazzini e à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, parceiros de longa data da nossa Secretaria, especificamente nessa questão de educação em direitos humanos.

De fato, nossa Secretaria muito se alegra em ouvir os resultados das pesquisas, não pelos resultados ruins que verificamos, mas porque entendemos que o trabalho inicial da Secretaria na organização de uma política nacional de educação em direitos humanos é exatamente conhecer a realidade do País, o que estamos fazendo agora e o que fizemos com o apoio do Fórum de Educação em Direitos



Humanos, para darmos passos além e levarmos a educação em direitos humanos para todo o País.

É importante realizarmos sucintamente um apanhado histórico, que certamente a maioria dos senhores e senhoras presentes já conhecem.

Começo dizendo que, de fato, a história dos direitos humanos em nosso País, das reivindicações do movimento social e da ação do Governo, foi baseada principalmente em denúncias e suas respostas. Como o Iradj disse, esse é um momento novo para, sim, continuarmos com denúncias. E o Governo tem de ir atrás e resolver os problemas denunciados.

No entanto, é urgentemente necessário pensarmos na prevenção, na promoção dos direitos humanos, e o ponto central é efetivar uma política nacional de educação em direitos humanos. Foi o que orientou, por exemplo, a Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, quando estabeleceu, de 1995 a 2004, a Década de Educação em Direitos Humanos para todos os países das Nações Unidas.

De fato, desde 1995 deveríamos estar pensando num plano de ação, o que não aconteceu até o final do ano passado, quando lançamos o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos — eu trouxe alguns exemplares para que V.Exas. possam conhecê-lo. A Profa. Aída Monteiro deverá falar mais detidamente a respeito dele.

O Governo já vinha observando algumas experiências, apoiando algumas iniciativas e incentivando a realização de atividades de capacitação em direitos humanos, embora sempre, como verificamos, dispersas pelo País e muitas vezes concentradas em alguns Estados ou Regiões. Percebemos, portanto, a necessidade de avançar em um planejamento mais estratégico a fim de efetivar a educação em direitos humanos em nosso País.

O Ministro Nilmário Miranda, a quem represento nesta oportunidade, instituiu o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, composto por diversos especialistas e militantes do movimento dos direitos humanos que já trabalhavam com educação em direitos humanos há algum tempo, e junto a eles colocou servidores da Secretaria e do Ministério da Educação e representantes de órgãos como a UNESCO e outros. O Comitê trabalhou arduamente durante todo o segundo



semestre do ano passado para, em dezembro, lançar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Esse Plano, de certo modo, sistematiza o planejamento, a orientação do que devemos fazer para promover educação em direitos humanos no País. Ele estabelece 5 grandes áreas temáticas com as quais trabalhamos. As 2 primeiras dizem respeito diretamente à atuação do Ministério da Educação, parceiro fundamental na educação em direitos humanos; são elas as áreas de educação básica e do ensino superior. A terceira diz respeito à educação não-formal, àquilo que é trabalhado pela sociedade civil, com militantes e profissionais que trabalham com direitos humanos. A quarta se dedica aos profissionais dos sistemas de Justiça e Segurança Pública. E a última área, fundamental, diz respeito a educação em direitos humanos na mídia.

O Comitê continua realizando um planejamento mais apurado, identificando parceiros e as principais articulações que deve realizar para poder de fato efetivar todas essas metas que integram o plano nacional. A idéia, muita clara, que orienta a atuação da Secretaria, priorizando a educação em direitos humanos como um dos seus tópicos principais, é a de construir uma nova cultura em nosso País, desconstruindo a cultura de violência e desrespeito aos direitos humanos e partindo para uma nova visão de mundo com respeito aos direitos humanos, tolerância e valorização da diversidade.

Isso é trabalhar com o antes, ou seja, trabalhar com prevenção; é trabalhar com valores e princípios a serem assimilados pela sociedade e por cada um de nós. Na orientação dos novos projetos de educação em direitos humanos, sobre os quais estamos trabalhando e que vou mencionar mais adiante, o principal enfoque é que cada um comece a trabalhar com direitos humanos segundo sua visão introspectiva de como se relaciona com os direitos humanos, descobrindo quais são seus preconceitos e discriminações para então vencê-los.

Como diria Roberto Monte, um dos integrantes de nosso Comitê e militante antigo, se não alcançarmos corações e mentes, isso de nada valerá. E é exatamente essa a idéia de todo o trabalho em direitos humanos que nossa Secretaria Especial tem priorizado.



Essa pesquisa nos mostra, de fato, o que já tem sido feito. Verificamos que há uma concentração muito grande em Estados nos quais a organização da sociedade civil é mais intensa. Afinal, este é um tema que sempre está em discussão.

Eu comentava com o Sr. Iradj que a atuação da Secretaria, em muitos aspectos da educação em direitos humanos, tem sido de forma que atinja o máximo de Estados possível. Identificamos instituições, em determinados Estados, que desenvolvem trabalhos em âmbito nacional. Por exemplo, o que vimos no Rio Grande do Sul certamente diz respeito a uma instituição que, apesar de ter sua sede no Rio Grande do Sul e desenvolver um belo trabalho de educação em direitos humanos para policiais e agentes de segurança pública, também desenvolve esse trabalho em todo o País, não só no Rio Grande do Sul. Assim também deve ocorrer com a Secretaria, que concentra ações não só no DF, mas em todo o território nacional. Orientada por essa pesquisa e pelo trabalho do Comitê, a Secretaria já retomou sua atividade de apoio e desenvolvimento a determinados projetos, os quais eu gostaria de mencionar.

O primeiro conjunto de projetos diz respeito à produção de material didático ou informativo em direitos humanos. Trabalhamos com uma série de cartilhas, que deverão ser lançadas agora, por ocasião da Conferência Nacional de Direitos Humanos, que dizem respeito, por exemplo, a questões muito simples, mas que ainda não tinham sido trabalhadas; ou seja, o que é politicamente correto dizer ou fazer em direitos humanos? Determinados públicos não gostam de determinadas terminologias, por considerá-las preconceituosas. Um exemplo clássico que temos sobre isso é o verbo “denegrir”. O Movimento Negro não gosta desse verbo porque dá a impressão de que é algo “de negro”. “Denegrir”, então, é uma palavra que não deve ser utilizada; devemos tirá-la do nosso vocabulário. Assim, há uma série de outras palavras e expressões que, de fato, denotam preconceito a determinados grupos.

Há uma cartilha que está sendo elaborada para tratar as questões de justiça, segurança e direitos humanos, mostrando que não há incongruência. Ora, essas 3 áreas de atuação do Estado têm que trabalhar de forma coordenada e em parceria, porque os agentes de justiça e os agentes de segurança pública são também promotores de direitos humanos.



Trabalhamos também numa questão muito específica, que também diz respeito à área de educação em direitos humanos: a cartilha sobre cidadania homossexual. A Secretaria acabou de lançar o programa Brasil sem Homofobia. Temos que trabalhar a questão do preconceito contra homossexuais, que, de fato, é muito grande no nosso País, oculto em vários momentos, mas que afeta todo esse grupo social.

Um programa nacional que está sendo realizado diretamente é o de capacitação em direitos humanos, o qual denominamos Gestores em Direitos Humanos. Ele oferece 1.000 vagas de capacitação, abertas a todo o País. Quem quiser se inscrever, basta acessar o site www.gestordh.org.br. Esse curso, que será ministrado a distância, terá início no mês de julho. Já o divulgamos. Agora estamos na fase de conclusão dos conteúdos que serão ministrados. Convidamos todos vocês a participarem dele. Dividiremos as 1.000 vagas para todas as microrregiões do País, já que não será possível alcançar todos os Municípios. Reservamos vagas específicas para determinados grupos e segmentos — por exemplo os de servidores públicos —, que devem tratar essa questão com prioridade.

Por fim, ressalto a importância da IX Conferência Nacional de Direitos Humanos, que ocorrerá nesta Casa entre os dias 29 e 30 de junho e 1º e 2 de julho. Um dos temas centrais será exatamente a linha da promoção de direitos humanos. A educação em direitos humanos certamente será tratada no âmbito da construção de um sistema nacional dos direitos humanos. Temos dito aos membros do Comitê e a todos os delegados da Secretaria que é importante, mais uma vez, não pensarmos num sistema que se volte tão-somente para a proteção dos direitos humanos, o que, de fato, é extremamente importante, e que temos que remediar com emergência. Contudo, é preciso pensar no antes, na promoção, na educação em direitos humanos, para que possamos, de fato, mudar a situação de desrespeito aos direitos humanos no País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Agradecemos a V.Sa. a contribuição.



Com a palavra a Sra. Aída Maria Monteiro Silva, Coordenadora do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

A SRA. AÍDA MARIA MONTEIRO SILVA - Boa-tarde.

Cumprimento as senhoras e os senhores membros da Mesa, na pessoa do Exmo. Sr. Deputado Jairo Carneiro, e os demais colegas e companheiros do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Tentarei fazer uma ligeira retrospectiva da questão da educação em direitos humanos no Brasil, até porque esse é um tema muito pertinente. Ao mesmo tempo, a forma como se trabalha a temática de direitos humanos e os conceitos de cidadania ainda deixa muito a desejar. Por isso, trago essa contribuição para mostrar que o movimento da educação em direitos humanos, na verdade, é muito novo, se considerarmos a história do nosso País, que teve momentos de repressão, de autoritarismo, com alternância de governo. Ainda há uma carência muito grande na área de estudos e pesquisas dentro dessa temática. Trazer uma pesquisa, em âmbito nacional, que mapeia as experiências que estão acontecendo no Brasil — embora saibamos que nenhuma pesquisa dá conta de retratar a realidade tal como é, ou seja, toda pesquisa é parcial —, realmente é difícil. Temos consciência de que alguns resultados que aparecem aqui são iniciais. Por exemplo, alguns Estados não foram cadastrados, mas têm experiências e trabalhos que precisam avançar nessa busca de informação para ter um banco de dados cada vez mais consolidado, denso.

Ao falarmos da educação em direitos humanos em nosso País, acreditamos que não é possível dissociá-lo da educação e de como surge no cenário nacional, principalmente se verificarmos os avanços e recuos que tivemos nessas últimas décadas. Se entendemos que educação é uma prática social e como tal é historicizada, perguntamos: qual é a relação da educação com os contextos social, político, econômico e cultural do Brasil, considerando as condições de precariedade da maioria da população brasileira, como têm mostrado os IDHs?

Nesse entendimento, tentamos mapear 4 fases, que chamamos de educação em direitos humanos, que não podem ser vistas de maneira estanques e dicotomizadas. Essas fases são intermediadas e se inter cruzam, porque o processo



histórico não é estanque. Muito pelo contrário, é bastante dinâmico. Sob essa perspectiva, denominamos a primeira fase, que engloba as décadas de 60 e 70, de ativismo político-pedagógico. Por que? Porque era exatamente o momento em que se fazia a busca de conscientização de trazer a sociedade para a luta pela liberdade, mas muito na clandestinidade, sem um direcionamento de fundamentos, de princípios e sem uma direção teórico-metodológica.

Essa prática educativa era desenvolvida com o aproveitamento do que muito se usou. Trata-se do que, na década de 60 e 70, chamávamos de brechas.

E a sociedade civil teve um papel fundamental no desenvolvimento desse trabalho durante todo esse período.

Embora o momento fosse de violação dos direitos políticos, civis, individuais e coletivos, ao mesmo tempo havia uma resistência da sociedade pela reconquista desses direitos e pela redemocratização do País. O que na verdade se buscava era a transformação da sociedade, cujo parâmetro principal era um modelo socialista, baseado principalmente no socialismo soviético.

Por outro lado, o aparato do Estado autoritário vigente naquele momento forjara um ufanismo nacionalista, como uma das formas de camuflar a repressão e o autoritarismo.

Na educação, algumas ações foram bastante pontuadas e enfatizadas.

Passo agora a exemplificar as reformas educacionais.

A reforma universitária, feita pela Lei nº 5.540, reorganiza o espaço universitário, as universidades, as instituições de ensino superior, principalmente em termos administrativos, de forma bastante compartimentada, no que eram os chamados departamentos, hoje ainda vigentes.

No campo do currículo, é introduzido o sistema de créditos, porque era necessário que não houvesse a possibilidade de aglutinar, e sim de dispersar a juventude, o professorado e também a sociedade. Com isso, buscava-se desmantelar todas as formas de organização estudantil e docente nas universidades e nas instituições de ensino superior.

Uma outra lei, a antiga lei de ensino, de nº 5.692, de 1972, cria disciplinas como OSPB e Educação Moral e Cívica tanto no âmbito do ensino superior quanto permeando todo o ensino que hoje chamamos fundamental, ou seja, o ensino de 1ª



a 4ª série, de 5ª a 8ª e o ensino médio. Qual era o grande objetivo? A manutenção do modelo do Estado autoritário que estava em vigor.

Um segundo momento, que denomino de segunda fase da educação em direitos humanos, é o que chamamos de redirecionamento das ações da sociedade civil organizada. Eu o denomino de tateamento pedagógico.

Com o processo da redemocratização, no início dos anos 80, as organizações da sociedade civil começam a redirecionar suas ações, na busca da formação da cidadania e dos direitos humanos. Até porque a luta pelas liberdades e em defesa dos presos políticos arrefece com a redemocratização. E continua o processo de violação. Mas o movimento da sociedade toma outra direção: a busca da formação, da conscientização dos indivíduos nessa perspectiva da educação em direitos humanos. E aí a educação é supervalorizada, no direcionamento da construção de uma outra cultura, em que todos os sujeitos se compreendam, passem a ter consciência de que são sujeitos de direitos.

Essa segunda fase vai até o final dos anos 80, exatamente com a chegada dos governos eleitos de formação direta. Várias experiências começam a aparecer de maneira mais organizada, mais estruturada e vêm fortalecer esse processo da democracia no nosso País.

Um dos enfoques principais nessa direção era a formação do sujeito crítico, a formação de indivíduos na busca de uma educação libertadora, no dizer do grande educador, formado em Direito e Letras, que era o nosso conterrâneo Paulo Freire.

As experiências de educação surgem exatamente no âmbito institucional, no final dos anos 80, já começando a permear os sistemas de ensino em alguns Estados. Buscam desvelar essa educação repressora, submissa, para construir um novo formato de educação que contribuísse para o aluno compreender o contexto brasileiro, as variáveis que determinam o modelo de Estado e as perspectivas para organizar uma sociedade mais igualitária, justa e solidária.

A Constituição é o grande marco dessa grande mudança. Na década de 90, há o fortalecimento das organizações da sociedade civil na educação em direitos humanos. Nessa década, são fundadas várias organizações em âmbito nacional.



Aqui está o exemplo da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos, que surge de uma articulação que começa no final dos anos 80, para aglutinar organizações que trabalham com essa temática da educação em direitos humanos.

O Movimento Nacional de Direitos Humanos, a DHNET e o Fórum Nacional são entidades de âmbito mais amplo, para exatamente aglutinarem essas experiências.

No campo governamental, um conjunto de iniciativas vem sendo forçado pelas comunidades externa e interna a fim de fortalecer a democracia no nosso País.

E há a criação dos conselhos de defesa dos direitos, os programas de âmbito nacional e os programas estaduais de direitos humanos.

Na área mais específica de educação, podemos pontuar uma orientação dos parâmetros curriculares nacionais, que, embora sejam objeto de algumas críticas no tocante à forma como foram elaborados e implementados, a sua essência traz exatamente a cidadania como norteadora da educação fundamental e média.

Nesse sentido, também houve uma outra iniciativa, a da revisão dos livros didáticos. Trata-se de um material que tem um traço bastante discriminador, principalmente em relação às questões de raça, etnia, gênero e condição social. É importante destacar que é no movimento mais organizado da sociedade que exatamente a educação em direitos humanos ganha força e começa a reivindicar aos governos que tenham nas suas agendas essa temática como ponto central das suas políticas.

Denominamos essa fase de expansão da educação em direitos humanos no Brasil. Eu a chamo também de início da profissionalização dessa área, com a oferta inclusive de vários cursos em diferentes níveis, desde capacitações nas instituições governamentais e não governamentais, além de cursos dentro da universidade, com cursos de especialização, de pós-graduação.

Recentemente, tivemos a alegria de criar, com um grupo de pessoas voltadas para o trabalho nessa área, uma associação nacional de pós-graduação e pesquisa na área de educação em direitos humanos.

Isso é um marco histórico e uma temática que avança com solidez, fundamentação e direção.



Como foi bastante dito aqui, no âmbito de um governo que tem como proposta atender as reivindicações e as necessidades da maioria da população brasileira, houve a criação de um Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que vem dentro de todo o trabalho do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.

O que é esse plano? O que se pretende com ele? Qual é realmente a concepção de educação em direitos humanos.

O que é esse plano? O que se pretende com ele? Qual é realmente a concepção de educação em direitos humanos? O plano nos traz uma concepção de educação de que educar em direitos humanos é, antes de tudo, fomentar processos de educação formal e não formal, de modo a contribuir para a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas.

Por outro lado, entendemos que a educação é tanto um direito em si próprio como é um meio indispensável para pensarmos na cidadania. Não é possível entrarmos em um novo século, como estamos entrando, essencialmente do conhecimento, no qual uma parte da nossa população brasileira sequer tem acesso aos meios e instrumentos da decodificação da leitura e da escrita, o que chamamos de alfabetização. Além disso, o que queremos não é qualquer alfabetização, qualquer educação, mas, sim, um conhecimento que permita os sujeitos poderem se situar como agentes de direitos na relação de Brasil com a comunidade internacional.

É nessa direção que entendemos que educar para direitos humanos faz parte do cotidiano, é uma prática do nosso dia-a-dia. Então, não só o militante, mas o educador que abraça a direção da educação em direitos humanos não pode perder de vista todas as formas de violações, de discriminação, de acesso ao direito, para que isso seja realmente objeto do seu trabalho.

O plano estabelece que a educação, nessa perspectiva, deve contribuir para uma cultura universal dos direitos humanos, justamente para fortalecer: o respeito aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano; ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do senso de dignidade; a prática da tolerância, do respeito à divergência de gênero e cultura, da amizade entre todas as nações, povos



indígenas e grupos raciais, étnicos, religiosos e lingüísticos; a possibilidade de todas as pessoas participarem, efetivamente, de uma sociedade livre.

Digo que esse é um plano real e concreto, mas traz também a utopia daqueles que acreditam em um país diferente e que esta Nação pode dar certo, porque ela é feita de pessoas que podem ter uma vida digna, se quisermos que este País, realmente, seja respeitado e de todos, como está colocado no nosso plano de ação.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Muito obrigado, Profa. Aída Monteiro. Parabéns.

Concedo a palavra ao último expositor, Sr. Carlos Alberto Vieira, representante da UNESCO no Brasil.

O SR. CARLOS ALBERTO VIEIRA - Boa-tarde a todos. Quero cumprimentar o Deputado Jairo Carneiro, que preside esta audiência pública, na pessoa de quem cumprimento os demais membros da Mesa; demais Deputados da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, autoridades, senhoras e senhores.

Ficar por último para falar nessa primeira rodada corre o risco de estar repetindo o mesmo assunto. Vou procurar trazer para os senhores alguns fundamentos com que as Nações Unidas e a UNESCO trabalham nessa perspectiva da educação em direitos humanos, que tem ajudado a fundamentar e embasar os trabalhos que a UNESCO, particularmente, tem desenvolvido e que foram, em grande parte, incorporados pelo Governo e pela sociedade civil na elaboração do Plano Nacional dos Direitos Humanos.

Deputado, em primeiro lugar, faço um esclarecimento. Não sou representante da UNESCO no Brasil. Estou representando a UNESCO nesta solenidade, nesta audiência pública. Sou coordenador da área de direitos humanos da UNESCO no Brasil. E o representante é o Dr. Jorge Werthein, que deveria estar aqui presente. Confirmou a presença aqui, mas problemas inesperados de última hora e de grande importância o impediram. Pediu-me, então, S.Sa. que eu o representasse e apresentasse as suas desculpas.

Quero chamar a atenção para a enorme oportunidade da iniciativa do Deputado Orlando Fantazzini ao chamar em audiência pública, justamente na



Comissão de Direitos Humanos e Minorias, um debate sobre os *Rumos e os Instrumentos da Educação em Direitos Humanos no Brasil*.

Essa discussão, para a UNESCO e, acredito, para a sociedade, é mais do que oportuna. É essencial para ampliar a reflexão sobre o papel e as políticas de educação em seu amplo espectro, assim como os rumos da educação em direitos humanos; para que transformemos a cultura de violação de direitos humanos e a cultura da violência em atitudes e vivências concretas de defesa, promoção e respeito aos direitos humanos e à formação de uma cultura de paz e não violência, razões últimas de todo processo de desenvolvimento.

Há um consenso internacional de que a educação é fundamental para alcançar a justiça social e a paz, mas todos sabemos que apenas ela não é suficiente. Veja-se que o século XX foi um período de avanços significativos na escolarização universal. No entanto, esses avanços não puderam impedir mais de 180 milhões de mortes de seres humanos, durante todo o século, provocadas intencionalmente por outros seres humanos, nem conseguiu solucionar os conflitos que têm afligido, durante anos, muitos países. No Brasil, o quadro de violências e violações de direitos humanos é, infelizmente, uma realidade. Apesar dos esforços governamentais e da militância constante da sociedade civil organizada, persiste e muitas vezes cresce assustadoramente.

O quadro de violações ocorre tanto em relação aos chamados direitos civis e políticos, quanto em relação aos chamados direitos econômicos, sociais e culturais.

Há uma série de informações sobre a questão das violações, mas vou deter-me em algumas indicações constantes de uma publicação feita pela própria UNESCO, que se chama *Mapa da Violência III*. Aproveito a ocasião e convido todos os presentes para o lançamento, no dia 7, do *Mapa da Violência IV*, um estudo atualizado e inovado dos trabalhos, das pesquisas que a UNESCO vem fazendo sobre essa questão da violência no Brasil.

Num estudo comparativo entre os 60 países, o Brasil apresenta uma taxa de 26,3 homicídios por 100 mil habitantes, em 1999, o que coloca o Brasil na segunda posição do país com mais homicídios, entre esses 60 países analisados, atrás apenas da Colômbia, onde, sabemos, há graves tumultos e convulsões políticas e sociais. Esse dado fica mais chocante ao se constatar que 26 países, dentre os 60



analisados, possuem taxas inferiores a 2 homicídios por 100 mil habitantes. Quer dizer, o Brasil, de um modo geral, apresentou, em 1999, 26,3 homicídios por 100 mil habitantes, e, em 26 países, dentre esses analisados, essas taxas são inferiores a 2 homicídios por 100 mil habitantes.

Esse quadro se dramatiza ao se considerar a população de jovens entre 15 e 24 anos. A posição brasileira nesse *ranking* negativo é o terceiro lugar. A taxa de homicídios sobe de 26,3 por 100 mil habitantes para 48,5 homicídios por 100 mil habitantes, situando-se apenas abaixo novamente da Colômbia e de Porto Rico.

Os jovens brasileiros, como já tem sido insistentemente relatado, são os que mais morrem e os que mais matam. É uma realidade preocupante, que, aparentemente, rouba o futuro da Nação.

Esse quadro de preocupação e tristeza não significa desânimo e muito menos falta de ação. As Nações Unidas e a UNESCO vêm produzindo pactos, tratados e convenções, que, juntamente com as declarações, conferências e relatórios mundiais, indicam caminhos a serem percorridos, a maioria deles, com o consenso da comunidade internacional.

Evidentemente, entendo que seja do conhecimento da maioria das pessoas aqui presentes os três instrumentos internacionais mais significativos de proteção e promoção dos direitos humanos: a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948; o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, de 1966; e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, também de 1966, elaborado ao mesmo tempo do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, para reforçar o caráter de indivisibilidade, interdependência e universalidade dos direitos humanos.

Como sistema complementar a esse núcleo central de instrumentos de direitos humanos, temos inúmeras convenções, declarações e resoluções das reuniões de cúpula dos Estados membros das Nações Unidas — não vem ao caso repetir aqui.

Agora, vou entrar num campo, tratando mais especificamente do direito à educação e à educação em direitos humanos.

Segundo o informe mundial sobre a educação, elaborado pela UNESCO em 1998, cerca de 43 milhões de pessoas do Continente americano, e apenas do



Continente americano, iniciaram o século XXI sem saber ler, escrever, nem entender o que ocorre no meio em que estão, muito menos sabem utilizar um computador e não compreendem como eles operam. São analfabetos literais e analfabetos funcionais, pessoas a quem foi negado o direito fundamental à educação.

Essa situação gera conseqüências profundas na vida das pessoas e efeito negativo na realização das suas aspirações, das de suas famílias, e no desenvolvimento das comunidades em que vivem. Vai mais além do alcance individual para converter-se em um resultado com repercussões coletivas, porque representam um fator determinante para o desenvolvimento econômico, social e cultural dos povos.

Sem pretender esgotar o complexo conceito de educação, pegamos alguns trechos de um artigo escrito por um educador famoso na América Latina, chamado Luis Pérez Aguirre, denominado: "*Si digo educar para los derechos humanos*", que serve para ilustrar onde queremos chegar com a educação.

Diz o autor:

"Educar é modificar atitudes e condutas, é mexer com os corações, os estilos de vida, as convicções. Educar não é introduzir nas mentes e corações das pessoas, crianças, jovens ou adultos, conteúdos, conceitos e conhecimentos. Educar é a arte de fazer com que aflore o mais bonito, o mais valioso, o mais digno e o mais humano que há em cada pessoa; é possibilitar o despertar dos seus talentos, de suas capacidades, de seus dinamismos positivos mais pessoais. A educação prepara para a vida. Por isso, a educação nunca pode ser concluída em um período determinado da vida."

Nesse sentido, a UNESCO instituiu um dos seus mais importantes programas em todo o mundo, o Programa Educação para Todos ao Longo de Toda a Vida. Esse programa pretende universalizar o acesso à educação de qualidade a todas as pessoas, promovendo estímulo à constante aquisição de valores e conhecimentos.

Pelo lado da educação em direitos humanos, o importante é compreender que cada grupo ou sociedade tem uma organização de valores e normas inconscientes



que formam o elemento básico de cada cultura. Esse conjunto de valores e normas é que confere unidade a uma cultura, porque integra a todos e se integra em todos. Daí decorre a importância da educação em direitos humanos como referência ao ético de uma sociedade. Por sua universalidade, interdependência e indivisibilidade, os direitos humanos são os referenciais éticos mais adequados para as sociedades atuais.

De forma semelhante àquela utilizada para a promoção e defesa dos direitos humanos, as Nações Unidas e a UNESCO estabeleceram diversos instrumentos e abordagens para educação em direitos humanos.

Como referido anteriormente nesta Mesa, estamos no último ano da Década das Nações Unidas para a Educação em Direitos Humanos, que abrange o período de 1995 a 2004. Nesse contexto e entre várias outras iniciativas, a Assembléia-Geral da ONU, de outubro de 1997, reforçou a recomendação de que os Estados-membros elaborassem seus planos de educação em direitos humanos em âmbitos federal e estadual.

Com essa perspectiva, a Assembléia-Geral aprovou documento que contém diretrizes para a formulação de planos nacionais de ação para educação em direitos humanos, elaborado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Nesse documento de diretrizes, os Estados-membros são induzidos a estabelecer um Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos e desenhar um Plano Nacional de Ação para Educação em Direitos Humanos.

Essas 2 recomendações, conforme referências de colegas de Mesa, foram plenamente atendidas pelo Governo brasileiro, por iniciativa do Ministro Nilmário Miranda, titular da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, no ano de 2003, e recebeu resposta muito positiva da Academia de Organismos Internacionais e de ONGs que contribuíram com todos os esforços, com toda a dedicação e com toda a seriedade na produção desse plano.

A partir de referências, como as que estou comentando e outras que as Nações Unidas construíram durante esse período, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos estabelece que educação em direitos humanos pode ser definida como esforços de formação, capacitação, disseminação e



informação, com vistas à criação de uma cultura universal de direitos humanos, por meio da transferência de conhecimentos e habilidades, assim como a formação de atitudes dirigidas ao fortalecimento do respeito pelos direitos e pelas liberdades fundamentais do ser humano, ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do senso de dignidade, à promoção do entendimento da tolerância, da igualdade de gênero e amizade entre todas as nações, povos indígenas e grupos raciais, nacionais, étnicos, religiosos e lingüísticos, e atitudes dirigidas também à possibilidade de todas as pessoas participarem efetivamente de uma sociedade livre e do fomento das atividades das Nações Unidas para manutenção da paz.

Como outras iniciativas das Nações Unidas, a UNESCO teve importante papel com a organização de uma conferência regional sobre educação em direitos humanos para a América Latina e o Caribe, que ocorreu no México, em 2001. Dessa conferência, resultou a Declaração do México sobre Educação em Direitos Humanos, que, a partir de abordagem político-institucional, mostra os avanços e as resistências havidas na região e faz recomendações a respeito de conceitos e metodologias, monitoramento e avaliação, educação formal e não formal, educação superior e temática da educação em direitos humanos, considerando a discriminação racial relativa aos povos indígenas e a populações afro-descendentes.

Ainda num esforço em subsidiar processos de educação em direitos humanos, a UNESCO realizou um encontro de especialistas, em janeiro de 2003, em sua sede, em Paris. Essa reunião recebeu o nome de *A prática dos direitos em educação*, um renovado compromisso com a educação em direitos humanos. Nessa reunião, os especialistas trataram fundamentalmente de analisar, discutir e desenvolver os seguintes aspectos: implementação da educação em direitos humanos como parte do direito à educação nos Estados-membros, por meio de legislações nacionais e planos de ação, incluindo o Programa Educação para Todos; análise e discussão das tendências da educação em direitos humanos nos sistemas nacionais de educação, por meio de currículos; capacitação de professores; recursos de ensino/aprendizagem; ambiente de ensino; o conjunto da escola em atividades extracurriculares, além do gerenciamento da escola.



Trabalharam também a questão da avaliação da educação em direitos humanos e trataram da *advocacy* e trabalho em rede para desenvolver a educação em direitos humanos.

Inúmeros resultados de valores estão referidos no relatório final do encontro de especialistas, dos quais destacamos 2, por suas contribuições para compreensão do que a UNESCO considera fundamental em termos de direitos à educação e educação em direitos humanos.

Relativamente ao direito à educação, os especialistas registram: direito à educação é mais do que o acesso à educação. Cada criança tem o direito de receber uma educação de qualidade que inclua respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais. Ao tratar da educação em direitos humanos, os especialistas afirmam: educação em direitos humanos deve ser entendida como um processo compreensivo que desenvolva o conhecimento, as habilidades e as atitudes de direitos humanos, de modo a fazer dos direitos humanos uma habilidade para a vida.

Para finalizar este pronunciamento, reafirmo fortemente a importância e o valor que a UNESCO confere ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, de iniciativa da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e elaborado pelo Comitê Nacional. Tivemos a honra de participar deste Comitê, coordenado pela companheira e Profa. Aída Monteiro, a quem congratulo pela excelência do trabalho realizado.

Essa primeira versão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que ainda está em construção, fornece os indicativos das necessidades e prioridades do Governo Federal e dos especialistas representantes de universidades, de ONGs e da UNESCO, que servirão de balizamento para as ações de educação em direitos humanos.

Aproveito a ocasião para parabenizar os membros do Comitê e o Ministro Nilmário Miranda pela importante iniciativa.

Faço especial elogio ao Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos, representado aqui pela colega Mary e pelo Iradj, que, entre outras iniciativas importantes, produziram esse “quem é quem” na educação em direitos humanos que hoje está sendo lançado na versão em CD-ROM. Sem dúvida, é um instrumento que



traz valiosas informações para implementação da educação em direitos humanos no Brasil.

Nesse sentido, parabenizo todos os integrantes do Fórum, em particular ao Iradj Roberto Eghrari, pela idéia de ter possibilitado que a UNESCO apoiasse essa iniciativa desde sua fase inicial.

Obrigado pela paciência a todos e me desculpem pelo abuso do tempo.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Também agradeço a V.Sa.

Consulto V.Sa. e a Sra. Aida se poderão colocar à disposição da Comissão o material que nos foi apresentado, ao menos cópia do mesmo. (Pausa.)

Obrigado.

Vou dar início aos debates, por enquanto com 2 Deputados inscritos. Em primeiro lugar, o autor, Deputado Orlando Fantazzini, depois, o Deputado Chico Alencar e, em seguida, também formularei alguma indagação.

Com a palavra o Sr. Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Inicialmente, cumprimento os expositores e, em especial, faço reconhecimento da persistência do trabalho do Iradj e da Mary Caetana que, há longa data, insistem na discussão da educação em direitos humanos. Creio que, hoje, temos o reconhecimento dessa luta persistente no sentido de provocar o debate, realizá-lo e ampliá-lo, para que conseguíssemos ter esse Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Obviamente nosso reconhecimento e cumprimento se estendem a todas as entidades do Fórum que também muito contribuíram. Cumprimento ainda o Herbert, a Profa. Aída Monteiro, Coordenadora do Comitê, e nosso companheiro e parceiro Carlos Alberto Vieira, representante da UNESCO.

Faço algumas considerações. Tive uma participação indireta na elaboração desse plano. O que sentimos hoje é que, infelizmente, direitos humanos na sociedade brasileira ainda têm uma conotação negativa. E esse aspecto negativo vem de um trabalho exaustivo, de anos, de um setor da sociedade que busca, de todas as formas, descaracterizar a defesa dos direitos humanos, até porque é interessante a esse setor que o conjunto da sociedade desconheça seu direito à saúde, à educação, a ser tratado com dignidade.



Esse setor encontrou um grande aliado, que consegue dialogar com o conjunto da população brasileira em todos os cantos deste País. Esse aliado, obviamente, está centrado na mídia, em especial na rádio e televisão.

Fiquei muito satisfeito quando o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos reservou um espaço para educação e mídia.

Digo isso porque nós, na Comissão de Direitos Humanos, em 2002, deliberamos promover uma campanha pela ética na televisão, levando em conta a valorização dos direitos humanos na programação televisiva. É interessante constatar como o esforço de diversos setores da sociedade é destruído em questão de segundos pelo impacto da imagem ou pela força de um programa de rádio calcado num âncora, numa personalidade, que, ao longo do tempo, vai conquistando espaço na audiência e direcionando a sociedade a uma conclusão negativa e equivocada sobre os direitos humanos.

Sentimos esses reflexos muito fortes e amplos no conjunto da sociedade quando levantamos o tema de direitos humanos. Quando provocamos algum debate na área de direitos humanos, as pessoas rapidamente associam à defesa de bandidos. Não possibilitam sequer se avançar em outros temas; já carregam dentro de si essa concepção equivocada, negativa, fruto da construção histórica de um setor da sociedade.

A campanha disseminada pela Câmara dos Deputados, em parceria com um amplo conjunto de entidades, vem procurando, sistematicamente, desmistificar o que são direitos humanos. Eles são muito amplos. Por exemplo, em nossos debates e em nossas ações demonstramos que a sistemática ação da televisão no sentido de estimular o preconceito racial é uma violação grave aos direitos humanos, assim como as ações de emissoras que procuram incutir o preconceito religioso. Enfim, a intolerância, a exploração sexual e tantos outros temas que poderíamos mencionar encontram ainda hoje resistência por parte desse setor, em especial da mídia, no aspecto de colaborar com esse processo de educação em direitos humanos.

Dizia ao Carlos Alberto que ontem participei, na Assembléia Legislativa de São Paulo, de um debate sobre a mídia e a criança, do qual também participou Ana Olmos. O interessante foi que a platéia, em sua grande maioria, era composta de crianças e adolescentes. As crianças questionavam muito, porque a campanha



ainda não foi para as escolas. Elas têm curiosidade de entender melhor o que são os direitos humanos. Para tanto, pediram que elaborássemos uma cartilha, explicando o que é a campanha pela ética na televisão, o que é a valorização dos direitos humanos, o que vem a ser os direitos humanos e assim por diante.

Penso que temos um campo muito amplo e fértil principalmente com crianças e adolescentes para que possamos construir doravante uma sociedade que tenha nos seus atos sempre em mente o respeito, a promoção e a valorização dos direitos humanos. Lamentamos muito que por parte do Estado brasileiro ainda carecem ações muito mais firmes quanto a sancionar esses meios de comunicação, principalmente os que sistematicamente trazem na sua programação a violação aos direitos humanos.

Nesta Casa, está tramitando o Projeto de Lei nº 1.600, de 2003, sobre a instituição de um código de ética e um conselho de acompanhamento da programação televisiva, objetivando obviamente sancionar os programas que dizem respeito sistematicamente aos direitos humanos.

Estamos hoje, o Deputado Chico Alencar e eu, apresentando um projeto que visa vedar a destinação de verba federal ao patrocínio ou à veiculação de qualquer espécie de anúncio publicitário oficial nos intervalos de programas das emissoras de rádio e televisão que não possuam finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas ou que não respeitem os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

É inconcebível que o esforço que o Ministério da Educação faz no sentido de levar o processo educativo ao conjunto da sociedade, o esforço que o Ministério da Cultura faz no sentido de resgatar e de valorizar a cultura brasileira, o mesmo Governo que investe verbas vultuosas nessas áreas acaba patrocinando programas que rapidamente desconstituem toda essa concepção de valorização dos direitos humanos no nosso País. Por isso entendemos ser inaceitável que o dinheiro do povo brasileiro seja utilizado para patrocinar ou estimular programas dessa natureza.

Esperamos que com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, consigamos avançar e muito, que nas escolas, nas universidades introduzam noções básicas de direitos humanos. Há uma concepção meio equivocada de que



os direitos humanos deveriam ser matéria direcionada à área de Direito, mas devem ser observados em todas as áreas.

Espero que possamos também convencer em especial as áreas militares de que em seus cursos preparatórios possam ter também uma cadeira que discuta e possibilite a formação de policiais na área de direitos humanos.

Quanto a essa violência que o Carlos Alberto relata, quero aproveitar para dizer que o ano de 2003 foi triste para o Brasil no aspecto do aumento da violação dos direitos humanos, pela razão de não termos apostado numa ação preventiva. Essa ação preventiva só ocorrerá quando as pessoas de fato tiverem conhecimento do que vem a ser os direitos humanos e o porquê devem atuar, tendo sempre em conta esses preceitos.

Não coloco nenhuma dúvida quanto à intenção, ao desejo, à vontade, ao comprometimento do Ministro Nilmário Miranda no aspecto de que esse plano e essas ações se concretizem, mas sabemos que não depende única e exclusivamente do desejo e da vontade do Ministro Nilmário Miranda, mas acima de tudo depende do comprometimento do conjunto das entidades da sociedade civil e das instituições do nosso País, dos Municípios ao Governo Federal. E se não houver esse comprometimento, dificilmente alcançaremos um padrão melhor na qualidade de vida do povo e no respeito aos direitos humanos.

Insisto e reafirmo que se não atuarmos de forma mais contundente sobre a mídia, nosso trabalho poderá se perder, porque toda ação que uma professora possa fazer numa classe de ensino fundamental pode ser desconstituída em questão de segundos por um programa de televisão.

Portanto, deixo nossos cumprimentos a todos que participaram diretamente da elaboração desse Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, ao Ministro Nilmário Miranda, que não tem medido esforços para viabilizar as ações contidas nesse plano, e às entidades da sociedade civil, que, por certo, sem elas não teríamos chegado à elaboração desse plano.

Peço à Coordenadora do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos que olhe sempre com muito carinho esse ponto para que a educação e a mídia, em especial, já tendo incluído a companhia pela ética na televisão, reforcem essa



campanha e respalde cada vez mais as ações, a fim de que se possa de fato educar o povo brasileiro quanto à valorização dos direitos humanos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Boa-tarde a todos. Vou fazer uma troca de aflições ou uma indagação à Mesa. Hoje, pela manhã, na sessão solene em comemoração ao Dia Mundial Antitabaco, que foi ontem — nesta Câmara dos Deputados as coisas só acontecem nas terças-feiras, quartas-feiras e quintas-feiras, nos outros dias trabalhamos nas nossas bases intensamente, todos sem exceção, os 513 Deputados e 81 Senadores —, fiquei muito feliz porque o Ministro da Saúde, por meio de documento que nos enviou, passou uma estatística que mostrava que de 1989 a 2002 houve uma redução de 32% do número de dependentes do tabaco no Brasil. Mas ainda somos 25 milhões de fumantes inveterados. São 200 mil mortes por ano no Brasil, provocadas por doenças derivadas do tabaco. Mas de qualquer forma houve avanços. Eu, ainda mais sendo carioca, infelizmente, percebo que esse trabalho tem de ser educativo. A campanha contra o cigarro é eminentemente educativa, além de regulatória. Não poderia ser jamais proibitiva, nem repressiva. No caso dos direitos humanos, os senhores falaram sobre excelentes trabalhos para massificar a educação. Entretanto, o senso comum no Brasil — o mundo só muda quando o senso comum é alterado para melhor — continua não introjetando a idéia de direitos humanos.

Hoje, em Brasília, com referência ao que aconteceu ontem na Casa de Custódia no Rio de Janeiro, ouvi: *“Foi bom aquela facção criminosa ter eliminado cerca de 40 membros da outra dentro do presídio, porque pelo menos não se precisou gastar balas da Polícia. Foi uma economia e é bom mesmo que eles se destruam”*. Mais grave ainda: há indícios de uma política oficial no Rio de Janeiro para o sistema carcerário, uma espécie de autofagia dirigida. *“Já que as facções são muito fortes, vamos colocá-las cada vez mais próximas, porque eles vão se destruindo de maneira muito eficaz”*. Isso, Fantazzini, vai estar hoje nas televisões. Aliás, eu queria muito ver, mas não vamos ter a oportunidade, como o nosso noticiário vai lidar com essa questão. Afirmo que há um senso comum dizendo que



isso não foi grave. Assim como imagino que o episódio de Carandiru, e nesse caso foi a Polícia mesmo, teve uma boa aceitação por parte da população. Não digo que 100% da população, mas talvez a maioria considerou aquela chacina uma faxina, como foi também em relação ao episódio da Candelária, no Rio de Janeiro. *“Ah, esses meninos ou já eram bandidinhos ou iam virar bandidos”*. Muitas das nossas autoridades raciocinam assim, o que é dramático, é uma desgraça, e às vezes me faz ficar sem saída.

Alguém já disse que só quem não conhece tudo é que pode ser pessimista. Devolvo à Mesa a seguinte indagação: será que podemos ter alguns sinais concretos de que estamos avançando?

É curioso e trágico que esse presídio, construído em local totalmente inadequado, fica ao lado de uma escola pública. Ontem não houve aula, e os atiradores do BOPE ficaram lá, de plantão, para organizar a invasão. A criançada só vai comentar isso nos próximos 15 dias, a não ser que o Ronaldinho dê um grande *show*. Os gols do Ronaldinho não se traduzem em clamor pelos direitos humanos. No máximo o Pelé oferece o milésimo gol às criancinhas pobres do Brasil, uma atitude mais caritativa do que de afirmação e de cultura dos direitos.

Indago: como criar essa contra-hegemonia? Como essas belíssimas intenções e maravilhosas experiências práticas podem se tornar predominantes para não estarmos sempre em uma situação parecida à de enxugar o gelo, numa sociedade estruturalmente negadora dos direitos, degenerada e insensível?

Em uma sala de Comissão, o Deputado Jairo conhece bem, há uma frase do ex-Governador e ex-Deputado Franco Montoro: *“Mais do que a fome, a dor dos famintos, mais grave ainda é a insensibilidade dos fartos”*.

Jogo para a Mesa, que está podendo dedicar-se em tempo integral a essa questão, a indagação: como podemos, as entidades todas, criar um movimento hegemônico na afirmação das culturas dos direitos, massificante, e que chegue à nossa juventude?

O educador tem um papel fundamental. Li em uma pesquisa recente, apoiada pela UNESCO, sobre o perfil do educador brasileiro, que existem muitos preconceitos na cabeça dos nossos dedicados educadores, categoria da qual tenho a honra de fazer parte. O pessoal ainda tem visão muito distorcida de uma série de



questões, como por exemplo: “bandido bom é bandido morto”; “pena de morte é o que resolve”; “vamos acabar com o problema da criminalidade eliminando todos os criminosos”; “o negócio é rebaixar a idade penal, que tudo fica resolvido”.

Fica ainda a seguinte indagação: que modos e meios os senhores têm de massificar mais e mais o trabalho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Concedo a palavra à Sra. Ana Olmos, Presidente da Organização Não Governamental TVER.

A SRA. ANA OLMOS - Sou Presidente da Organização Não Governamental TVER, que monitora a programação para crianças e adolescentes, especialmente por ser psicanalista de crianças e adolescentes.

A minha preocupação — gostaria de escutar os senhores a respeito — vai na seguinte direção: hoje a escola, seja pública, seja particular, que não se direciona para a leitura crítica dos meios de comunicação, não consegue educar, por conta da força que a mídia, em geral, ocupa na formação do imaginário de nossas crianças.

Quanto a esta geração, Deputado Chico, eu já desanimei. Só tenho realmente esperança na infância e na adolescência para o futuro, porque acho que dificilmente alguém que já tenha 50 anos vai, a partir de agora, mudar de idéia, ou melhor, mudar de percepção sobre como ver o outro, como ver justiça, como ver o próprio sentido da nossa vida no mundo. Não é à-toa que decidi trabalhar só com criança.

Temos todos de travar uma luta para que a educação trabalhe em vários níveis, sempre na direção de uma educação para a paz — é esse o objetivo da minha ONG —, dentro de uma cultura de não violência, que é o nosso objetivo, e, portanto, dentro de uma educação para os direitos humanos, considerando algumas situações mais ou menos específicas que têm de contemplar a nossa atenção e a nossa dedicação de tempo, energia e esperança.

Primeiro, nossa sociedade e nossas crianças são educadas para o consumo, e os próprios pais não se dão conta claramente disso, porque essa geração de pais também tem muita dificuldade diante da demanda dos filhos de discriminar o que é necessário, o que não é necessário, o que é realmente fundamental para servir de desenvolvimento e para o quê eles podem dizer não. É uma geração de pais com dificuldade imensa de estabelecer limites e de deixar as crianças terem experiências



difíceis, contato com a realidade, passarem apuros e, a partir daí, resolverem seus problemas.

Os países mais desenvolvidos, do ponto de vista de democracia, tomaram o cuidado de fazer um código de ética que protegesse a infância e adolescência desse perigo de crianças e jovens serem educados para o consumo.

Vou citar o exemplo que sempre cito, pois é um dos que mais me agrada, que é o código de ética de proteção à infância e adolescência da Suécia. Trata-se de um código de ética para programação televisiva e nele consta que, durante a programação estritamente infantil, não é possível passar anúncio nenhum. E mais: a partir das 21 horas, é permitido, sim, passar um anúncio de um brinquedo, de uma boneca, uma bola, ou seja, de produtos para a infância, porém, com a condição de que eles tenham como público-alvo os pais e responsáveis. E eles têm claramente como perceber esse direcionamento porque há como monitorar para quem a mensagem publicitária é dirigida.

Aqui em nosso País, do ponto de vista da saúde mental pública, causa-me desânimo perceber que uma das raízes do alcoolismo está na propaganda publicitária de cerveja, que tem como público-alvo pessoas de 10 anos. Nossas propagandas de cerveja, ainda que passem a partir de uma determinada hora — e isso com muito esforço, porque os senhores viram que na época dos jogos acabou-se fazendo um contrato para não se perder dinheiro —, são dirigidas a crianças de 10 anos. E mais: elas trabalham com a demanda inconsciente dessas crianças. Por quê? Até quem trabalha pelo e para o mercado, pouco se importando com o desenvolvimento do cidadão, já descobriu que é no inconsciente, que foi a grande descoberta que Freud, que estão as fontes de desejos que não passam à consciência de adultos, adolescentes e crianças. E é dirigido a esses desejos inconscientes, feridas inconscientes, sensações de falta inconscientes, com base em pesquisas projetivas, usando métodos psicológicos, que são formadas essas propagandas que atingem o coração dessas crianças. Elas trabalham com a sensação de inadequação, com a vergonha de si dessas crianças. Isso faz parte de uma atitude de ver o menino e a menina dentro de um padrão de imagem corporal mais de um jeito ou mais de outro, de tal maneira que, diante desse corpo impossível de se realizar e diante dessa imagem quase impossível de se chegar, a



criança e o adolescente estão sempre reivindicando objetos de consumo, com a atitude de consumo para se aproximarem de um vazio que jamais se preenche. É um buraco: eles compram calça de marca, ficam satisfeitos por um ou dois dias, mas depois disso o vazio continua. Eles passam ao produto seguinte e por aí vai, mas nunca se chega exatamente a uma sensação de gratificação em um mundo construído para o consumo.

A questão da vulnerabilidade a drogas, outra coisa que tem de ser contemplada por quem trabalha com educação para os direitos humanos, passa por um processo extremamente semelhante, em que o princípio do prazer é quase exigido das camadas mais ricas da população, estou falando das crianças, e os pais, em sua dificuldade em colocar limites, parâmetros — educar é muito mais difícil, dizer “não” é muito mais difícil —, acabam até alargando a ilusão dessas crianças em situações que vão dar num vazio que as tornam vulneráveis à droga.

Atendo alguns pacientes em hospital público e outros em meu consultório particular, pessoas da alta classe média. No consultório, encontro crianças de 7 anos dizendo: *“Eu adoro dinheiro”*. Isso é extremamente sintomático. Elas dizem isso numa situação clínica, em que foram provocadas para colocar algumas das situações que mais lhes trazem aflição e angústia.

São crianças, por exemplo, que, por serem filhas de pais separados, viram uma série de movimentos e brigas por herança, dinheiro, guarda relacionada também à pensão, mas a ideologia dessas crianças é absolutamente ligada a valores de possuir, de ter e de reproduzir esse tipo de ideologia que é o contrário, que funciona na direção oposta de direitos humanos.

É isso o que eu acho. Não dá para deixarmos de lado a educação para a mídia da infância e da adolescência quando falamos em direitos humanos. Estamos agora percorrendo uma série de instituições, mas infelizmente nenhuma delas tem aberto as portas. Por incrível que pareça, a Bolsa de Valores de São Paulo — os senhores vão até dizer que é um absurdo isso — tem um fundo de auxílio a projetos para conseguir verba para fazer cartilhas que possam ser distribuídas em escolas públicas que, de alguma maneira, trabalhem com a capacidade de observar e de pensar dessas crianças, para que elas não sejam mais um consumidor em potencial,



completamente entregue não à compra de produtos, mas à compra de atitudes e idéias, como a que tem tido agora tanto sucesso em relação aos direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Muito obrigado. Parece que há mais um senhor que quer se manifestar. Peço que o faça em 3 minutos. Vamos ouvi-lo e, depois, farei algumas observações. Em seguida, ouviremos os componentes da Mesa e, posteriormente, poderemos ouvir mais alguém do plenário.

O SR. ANDRÉ LUIZ - Sou assessor do Deputado Chico Alencar e coordenei durante 4 anos a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, ocasião em que o Deputado era o Presidente.

Primeiramente quero fazer uma ponderação tendo como base o que disse o Deputado Orlando Fantazzini sobre a mídia e direitos humanos.

Passamos por uma situação dramática no Rio de Janeiro há alguns dias e uma coisa que me chamou a atenção foi o prejulgamento dos presos que estavam naquela casa de custódia. Aqueles presos não foram julgados ainda, mas as pessoas, de antemão, já condenaram os presos como se ali só estivessem criminosos extremamente perigosos, como se isso justificasse alguma coisa. Não justifica nada.

Outra preocupação da mídia era que, nas proximidades da casa de custódia, existia o ponto zero, uma casa de custódia onde ficam os criminosos em regime especial. Na verdade, eles não são considerados perigosos. Pelo contrário. Havia o medo de que a rebelião pudesse atingi-los de forma agressiva, como se aqueles presos, apenas por terem diploma de nível superior, fossem vistos de outra forma pela sociedade, como presos não perigosos, e que se deveria tomar um cuidado muito maior do que se toma com aqueles que não têm diploma de nível universitário.

Quero apresentar um ponto a respeito da educação em direitos humanos mesmo, que é a falta de informação que temos em todos os segmentos da sociedade.

Lembro-me de que, na Comissão, fizemos uma cartilha, à qual demos o pomposo nome de *Manual de Direitos Humanos*. Fizemos 20 mil exemplares dessa cartilha, que saíram de forma muito mais rápida do que esperávamos, e com ela trabalhávamos nas favelas do Rio de Janeiro. Elas tratavam basicamente de direitos civis. E as pessoas não sabiam de coisas elementares em relação a esses direitos.



Quero saber se o programa de educação em direitos humanos da Secretaria prevê esse tipo de trabalho pedagógico.

Outra questão. Verificamos que a Secretaria está lançando o Programa Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos. Uma das formas que os senhores têm de proteger os defensores é o apoio institucional, quando se consegue, às vezes, despersonalizar determinada denúncia por meio de apoios institucionais, como, por exemplo, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos ou da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

Víamos isso também na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa, só que, pelo menos no Rio de Janeiro, constatamos que apenas 4 dos 90 e poucos Municípios do Estado contavam com Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e que como isso fragilizava, naqueles Municípios, a atuação de determinados defensores de direitos humanos.

Na minha opinião, um dos papéis da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, respeitando obviamente a autonomia federativa, poderia ser incentivar a criação de Comissões de Direitos Humanos nas Câmaras Municipais.

Faço parte da coordenação do Movimento Nacional dos Direitos Humanos do Rio de Janeiro e nós fizemos, no ano passado, 3 cursos de capacitação para entidades de direitos humanos, pois verificamos que as próprias entidades são pouco capacitadas para discutir. Ou apenas venceu seu espectro mais direto de atuação, aquele mais ligado à questão da moradia ou da criança e do adolescente, e não consegue ver que, às vezes, até por meio de outros mecanismos de defesa, pode se atuar naquele espectro específico ou às vezes ampliar.

Há na Secretaria algum programa ou alguma idéia de se trabalhar a capacitação dos defensores humanos? Pergunto isso porque verificamos, no Encontro Nacional do Movimento, que não era uma coisa específica do Rio de Janeiro a necessidade de haver capacitação das entidades no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Peço permissão para fazer alguns registros e algumas indagações àqueles que querem se manifestar.

Fiz uma leitura muito rápida e não percebi a existência, no Plano Nacional, de nenhuma diretriz de ação com vistas à inclusão de disciplina em currículos da



educação formal, no ensino fundamental e até em outros graus do ensino. Como os especialistas e representantes do Governo encaram essa questão?

Acredito que deve começar em casa e na escola, com o professor, o educador, a preocupação, o interesse, o cuidado e o zelo pelo conhecimento dos direitos essenciais da cidadania e pelo respeito a esses direitos.

Creio que o professor, o educador, ainda está muito influenciado pela cultura autoritária herdada de seus pais. Provavelmente ele ainda está muito condicionado a raciocinar que é a autoridade máxima em sala de aula, que detém o maior volume de conhecimentos e que o aluno não pode superá-lo, porque isso lhe traria, no mínimo, um desconforto. Acredito que são atitudes que existem na sociedade. E se existem na escola, antigo primário, no 1º grau, aí está a base. A partir daí essas crianças vão formar uma cultura e sua personalidade embasadas nesse perfil de liderança autoritária. Isso existe, é uma realidade palpável. Não creio que algum professor vai admitir que um aluno se levante e demonstre que detém mais conhecimentos do que ele. Acho que ainda vivemos essa realidade, esse estágio em nossa sociedade.

Por isso acredito que, pelo exercício de um poder coercitivo, que será a introdução da disciplina Direitos Humanos nos currículos das escolas, começaremos a modificar esse cenário. A disciplina não será ministrada nos moldes da Educação Moral e Cívica no Estado Novo, que estava a serviço da doutrina do poder de então. Ela estará a serviço da verdadeira democracia, libertária, participativa, como inclusive mencionou a Sra. Aída Monteiro. Esse é um ponto que trago à consideração.

Outro aspecto, relacionado, de alguma sorte, a essa questão, é a exigência, em concursos públicos, de carreiras em geral, mais especificamente nas carreiras jurídicas e na área de segurança, no sentido mais abrangente, que inclui até a formação dos estratos das Forças Armadas, a Polícia Civil, a Polícia Militar e, na área jurídica, juízes, promotores, delegados. Porque também eles pensam que são a própria lei, que sua autoridade é máxima e por isso eles podem cometer as maiores arbitrariedades, como se estivessem no exercício legítimo que a lei lhes concede. Nesses concursos, então, seria exigido o conhecimento de questões relacionadas aos direitos essenciais da cidadania — peço que se manifestem sobre esse ponto —



inclusive durante o estágio probatório, durante a avaliação do servidor, em qualquer carreira, para aferir o grau de respeito que ele está tendo no desempenho da sua função ao cidadão que está diante dele numa relação do dia-a-dia da sua atividade.

Quanto ao plano nacional, embora o considere, mesmo com uma leitura muito rápida, muito bem concebido em termos de ideais e propósitos, creio que ele aqui não estabelece metas. E não sei onde, no orçamento da Secretaria, que tem *status* de Ministério, são estabelecidas as metas, quantificados e dimensionados os recursos, as disponibilidades, em que nível, em que grau, diante do quadro caótico aqui demonstrado com base na pesquisa e em dados trazidos pelo representante da UNESCO, em sua exposição.

Estamos em estágio bastante atrasado nessa evolução. É importante que haja o anúncio das ações, mas, se não houver metas que integrem ações dos Ministérios e das Unidades Federativas de Estados e Municípios de maneira que, efetivamente, possamos romper esse obstáculo que há pela frente, vamos demorar muito tempo para sermos considerados uma Nação que respeita os direitos humanos.

Tenho mais alguma anotação, mas me satisfaço com essas questões.

Gostaria de agora ouvir a Mesa, a começar pelo Sr. Carlos Alberto Vieira.

O SR. CARLOS ALBERTO VIEIRA - Cada um dos debatedores trouxe questões muito significativas e importantes para o debate. Talvez tão ou mais importantes do que as palavras que trazemos preparadas seja esse levantamento de questões e a troca de informações.

Enquanto representante de um organismo internacional no Brasil, sinto-me um pouco desconfortável ao tratar de algumas questões específicas de responsabilidade do Estado brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Sinta-se muito à vontade. Este espaço é soberano.

O SR. CARLOS ALBERTO VIEIRA - Eu sei, mas há colegas que estão mais habilitados a dar determinadas respostas.

Se formos tratar das questões trazidas pelo Deputado Orlando Fantazzini, fundamentalmente a questão sobre a mídia, depois complementada pelas questões trazidas pela Dra. Ana, veremos um quadro de absoluta ruptura com os



fundamentos básicos dos direitos humanos em termos das programações de grande parte dos programas de rádio e da televisão.

Alguma coisa tem sido feita nesse sentido. A Dra. Ana mesmo relatou a experiência sobre um código de ética na Suécia. No Brasil, já tivemos oportunidade de traduzir alguns livros sobre a questão da criança e da mídia, os novos problemas que a Internet tem trazido. Ao lado dos enormes benefícios e vantagens que a circulação de informações via rede mundial nos trazem, mostramos também os problemas causados pelo uso da Internet para divulgação de teses de racismo, xenofobia, pornografia e pedofilia.

Em determinada ocasião, trouxemos para o Brasil, para um debate com autoridades brasileiras e com os próprios meios de comunicação, especialistas estrangeiros, para falarem de suas experiências e nos ajudarem a construir mecanismos, a fim de superarmos ou pelo menos minimizarmos alguns desses problemas.

Apesar desse esforço, os resultados não são alvissareiros. Por exemplo, na reunião em que trouxemos especialistas da Europa e das Américas para discutir a questão da programação da televisão e da adequação de programas infantis, pouquíssimos meios de comunicação atenderam ao convite da UNESCO para participar desse projeto. Há uma resistência tão grande, que não há predisposição nem para ouvir nem para se expor em um debate. Então, ficamos em uma perspectiva de buscar permanentemente novos modos, novas formas de abordar, de enfrentar essa situação, mas até agora os resultados não são satisfatórios.

No caso específico da UNESCO, desde um primeiro momento, quando o Deputado Orlando Fantazzini expôs a possibilidade de participarmos da campanha da ética na tevê, intitulada Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania, achamos uma estratégia excelente essa de trabalhar em cima dos patrocinadores dos programas, podendo gerar constrangimentos — não efetivamente censura, não efetivamente proibições, mas constrangimentos — para quem estiver direta ou indiretamente, de uma forma inclusive muito eficiente, possibilitando a existência e a continuidade desse tipo de programa.

A UNESCO, desde a primeira hora, associou-se à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Nós, dentro das nossas possibilidades, temos



procurado estar junto com a Comissão nesse esforço de melhorar e elevar o padrão educativo e cultural dos meios de comunicação.

O Deputado Chico Alencar desenha um quadro com poucas palavras, de uma forma simples, mas absolutamente contundente e devolve à Mesa perguntas sobre as questões mais complexas, mais difíceis, para as quais toda a sociedade tem buscado respostas. Diria, Deputado Chico Alencar, que, se tivéssemos as respostas efetivas para suas indagações, para suas preocupações e considerações, provavelmente estaríamos em outro patamar de desenvolvimento, de convivência, de realidade completamente diferente dessa que temos.

Acho que esse é um processo — como sempre — de construção, um processo para o qual não há receitas. Há um conjunto de medidas, um conjunto de iniciativas que poderá, infelizmente, a médio e longo prazo, trazer resultados passo a passo e, à medida que se for acumulando, trazer novas condições. Infelizmente, não há, em meu âmbito de conhecimento, respostas prontas, no Brasil e no mundo, para essas questões que V.Exa. levanta.

O Deputado Jairo Carneiro indaga sobre a inclusão de disciplinas de direitos humanos na educação formal. A Profa. Aída Monteiro, educadora e coordenadora do Comitê de Educação em Direitos humanos, com certeza vai ter muito mais elementos e autoridade para responder. Quanto ao item metas e relação com o Orçamento, creio que o Herbert, da Secretaria de Direitos Humanos, e a professora Aida, em conjunto, possam responder. Tenho consciência de que as respostas são pouco satisfatórias e pouco contundentes, mas é um processo que tem de ser construído passo a passo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Muito obrigado.

Com a palavra a Profa. Aída Monteiro.

A SRA. AÍDA MARIA MONTEIRO SILVA - Primeiro, quero dizer que as perguntas foram bastante instigantes. Com certeza não teremos respostas para todas elas, até porque acho que o nosso companheiro Carlos Alberto já explicou o porquê do não da resposta, mas talvez algumas reflexões possamos fazer aqui juntamente com os senhores.

Gostaria de chamar a atenção para o fato de que o plano está em processo de construção. Nessa primeira versão, o Ministro Nilmário Miranda teve todo o



empenho e trabalhou, juntamente com a equipe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e com o Comitê, para que tivéssemos um documento para discutir, mesmo sabendo que seria de forma incompleta e que nenhum documento poderia dar conta da realidade, principalmente de uma realidade social tão complexa como é a da educação, com todas as suas variáveis.

Acho que este aqui foi um dos espaços mais profícuos. Esperamos que as senhoras e os senhores levem essa discussão aos locais onde estejam atuando e que nos dêem um retorno, porque a nossa intenção é a de que, até o próximo ano, esse processo da reflexão sobre o documento do plano e, conseqüentemente, sobre a temática se dê no conjunto da sociedade. Em 2005, pretendemos ter um documento mais ampliado, não digo finalizado, porque ele nunca chegará a essa condição.

Quanto às perguntas, vou começar exatamente pela provocação do Deputado Jairo Carneiro, uma vez que esse questionamento nos angustia muito e porque nós vivenciamos isso no dia-a-dia dos nossos colegas companheiros na Assembléia Legislativa do meu Estado, Pernambuco. A questão é: a educação em direitos humanos deve ser trabalhada sob a forma de conteúdo disciplinar, como disciplina organizada no bojo do currículo escolar, ou ela deve realmente permear o currículo escolar?

A posição que vou manifestar não é somente minha, mas da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos e do Comitê. Inclusive, nossa posição está expressa no último item do Plano, na página 17, que diz que educação em direitos humanos deve ser um dos eixos norteadores da educação básica — entende-se educação básica desde a educação infantil até o ensino médio — e deve permear todo o currículo, não devendo ser reduzida à disciplina ou à área curricular específica.

Vamos explicar por que esse nosso entendimento. Sabemos que a educação em direitos humanos é uma área de conhecimento. Hoje isso está muito claro para nós. Não se trata apenas do sentimento, do sentido de pertencer à discussão. Não é isso que vai garantir que tenhamos essa formação. Existe um conteúdo próprio e que cada vez mais vai sendo sistematizado. Temos de garantir esse conteúdo no bojo dos conteúdos curriculares, que devem permear todas as disciplinas. Porque se



não formos ampliando essa discussão com os educadores que estão nos espaços educativos, não somente no campo formal, como também no da educação informal, vamos ter grandes dicotomias dentro de uma própria instituição.

Lembro, por exemplo, algumas experiências: numa sala, um professor dá uma aula de educação em direitos humanos e, numa outra, um professor massacra os alunos com a avaliação e com as práticas educativas. Durante a merenda, os funcionários desrespeitam os direitos dos alunos na hora de liberar a refeição. Enfim, esse conteúdo faz parte do projeto da escola.

Agora, vejam, isso é uma intenção, um propósito, uma diretriz. Para isso, nós, educadores e todos aqueles que trabalham conosco nesse processo, precisamos educar e formar. Isso ainda está por ser feito, porque, como disse, a temática é muito recente. Historicamente falando, 10, 15 anos é pouquíssimo para fomentarmos uma nova cultura, para trabalharmos na contracultura. E o Deputado Chico Alencar pergunta: “O *censo comum diz o quê?*” Que é para matar bandido, que direitos humanos é direito de bandido. Esse é o *censo comum*. Por quê? Porque tivemos, historicamente, uma cultura de desrespeito permanente aos direitos humanos, uma cultura em que violência é acatada, assumida, principalmente quando é praticada para determinadas camadas da sociedade. Perguntamos: quem está na listagem das pessoas que são mais violadas e mais violentadas? Quem está violando os direitos humanos, como mostra, por exemplo, a estatística que o Carlos Alberto traz? Os jovens de 14 a 24 anos. Quem são esses jovens? São os filhos da classe média alta? Na maioria, quem é? Aqueles que foram permanentemente excluídos do sistema. Não entendemos, por outro lado, que o fato de educar em direitos humanos está dissociado da garantia das políticas públicas. E isso se dá também por um processo de educação, no momento em que temos com a sociedade uma parceria em que todos os integrantes da sociedade são sujeitos de direito e vão se materializar nas políticas públicas.

Por mais que a sociedade civil tente se organizar, e isso é importantíssimo, ela sozinha não vai conseguir. É por intermédio dessas políticas que vamos ter as garantias. Por que hoje temos esse índice de jovens totalmente à margem da sociedade? Vamos para as comunidades? O que existe na comunidade para agregar essa juventude? O que existe na comunidade para fazer com que essa



juventude esteja sendo ocupada de forma decente? Nada, ou quase nada. Isso faz parte do conteúdo da educação em direitos humanos. Esse conteúdo vai dar visibilidade a uma nova cultura que extrapola esse censo comum para o qual o Deputado Chico Alencar chama atenção.

O Deputado Orlando Fantazzini traz um tema fortíssimo, que é a contracultura de tudo o que abordamos aqui, que se dá pela mídia e de forma sutil, explícita, clara. Se formos verificar, como a Ana disse, veremos que os filmes para crianças são extremamente comprometedores em termos de formação de um indivíduo realmente que respeite direito. Esses programas, aparentemente simples, que não têm nenhuma conotação de violência, são extremamente violentos, como os *games*, *videogames*. Enfim, vão além da mídia todos os programas da Internet, todas as formas de comunicação. Temos de trabalhar de forma aliada.

Na reunião do Comitê que terminou semana passada, levantamos o seguinte: como poderemos avançar nessa discussão a respeito da mídia, como, por exemplo, sobre ter algo que analise esses programas, que crie uma espécie de selo que dê uma certa indicação de que esse programa pode ser veiculado ou não em determinados momentos? Enfim, avançamos nessa discussão e vamos precisar do conjunto de especialistas nessas áreas para poder agregar.

Quanto a essa contribuição que o Deputado nos traz sobre a exigência de concurso público, eu já aumentaria essa exigência. Acho que o professor, o educador, o funcionário público de modo geral, precisa entender que ele é funcionário, mas um funcionário “a serviço de”, que deve respeitar o público e seus direitos. Mas isso implica processos de capacitação, e não tivemos essa história. Tivemos a história do clientelismo, das benesses, dos privilégios, e tudo isso é contrário aos direitos. Essa construção precisa ser feita, e com esse conjunto da sociedade.

Complementando, com uma escola em que não se eduque para a leitura crítica dos meios de comunicação, avançaremos pouco, porque não vamos dar conta, além da escola, de ver como esses veículos fazem a sua programação penetrar nas casas das famílias, mas podemos conseguir isso por meio de um trabalho conjunto com a família, com a comunidade.



O Deputado Chico Alencar fez uma pergunta bastante instigante: “*Será que podemos ter sinais concretos de que estamos avançando?*” Acho que sinais estamos dando. Por exemplo, esse painel aqui, esses resultados de pesquisa, toda essa história que vimos construindo na nossa sociedade acho que são sinais. Mas isso apenas não é suficiente, porque tem de vir associado a uma proposta de política econômica, social e cultural que realmente faça valer os direitos que estão na Constituição e em todos os outros instrumentos legais que normatizam esse conjunto de direitos e deveres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Ouçamos o Sr. Herbert Borges Paes de Barros.

O SR. HERBERT BORGES PAES DE BARROS - Começo também pela pergunta que parece ter sido a mais instigante, a do Deputado Chico Alencar, de como mudar essa hegemonia, essa cultura contra direitos humanos. Na linha do que disse o Carlos Alberto, de fato penso que não existe uma única fórmula para mudarmos essa hegemonia, para trabalharmos essa questão. Há várias possibilidades, e acho que é exatamente o que o Programa Nacional de Direitos Humanos nos aponta e o que a Secretaria Especial dos Direitos vem fazendo.

Acho que a primeira questão sobre a qual devemos refletir — e aí gostaria de deixar minha função de servidor público e vestir minha camisa de militante de direitos humanos... Quero falar antes de a Ana sair.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. HERBERT BORGES PAES DE BARROS - Desculpa, eu não queria fazer você passar vergonha nem perder o vôo.

Acho que a primeira coisa, entre essas várias possibilidades de que falei — e não há uma única fórmula de mudar essa hegemonia —, é nós, militantes, e deixo agora a minha função de servidor público de lado, é não perder a esperança. Não podemos perder a esperança. Temos de ser idealistas, de sonhar, de ser utópicos e ousados. Temos, sim, de nos indignar e buscar mudar, mas não podemos perder a esperança, senão perderemos toda a luta.

Voltando à minha condição de servidor público, eu menos ainda posso perder a esperança, senão, além de deixar a militância, tenho de deixar meu cargo.



A SRA. ANA OLMOS - Tenho 50 anos, e milito desde os 17. Eu dava aula de Paulo Freire, quando ele estava exilado, para os padres jesuítas, aulas de alfabetização de adultos. Isso quando eu tinha 16 anos, repito. Então, estou mesmo cansada, mas vou levar em conta o que você está dizendo.

O SR. HERBERT BORGES PAES DE BARROS - O.k.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ela perde o avião, mas não perde a esperança.

O SR. HERBERT BORGES PAES DE BARROS - Assim é melhor. Acho que o Plano e que Programa Nacional de Direitos Humanos apontam nessa linha, assim como a história da secretaria e da atividade governamental de direitos humanos. A outra possibilidade de mudança dessa hegemonia é conquistar parceiros. De fato, essa cultura alcança diversas instituições, diversos setores e quase toda a nossa sociedade. Então, nesse processo que o Carlos Alberto mencionou, nessa construção de política, de uma visão de uma cultura de direitos humanos, precisamos conquistar parceiros pouco a pouco, e o papel da secretaria é exatamente esse, não é de uma hora para outra mudar a situação dos direitos humanos no País, mas ir conquistando, articulando e fazendo com que a Política Nacional de Direitos Humanos seja assumida por todas as instituições governamentais federais, os 3 Poderes, nos 3 níveis da Federação e aí, mais uma vez, de mãos dadas com a sociedade, mudar essa situação que estamos enfrentando. Isso é o que temos feito, o que temos buscado fazer.

Na implementação desse plano, já temos conquistado parceria com o Ministério da Educação. A Secretaria não vai trabalhar sozinha a questão da Educação Básica ao Ensino Superior. O Ministério da Educação tem-se mostrado empenhado, com a determinação do Ministro Tarso Genro de que todas as áreas do Ministério façam a leitura do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e façam o cotejamento das suas ações, para que elas cumpram as diretrizes que esse plano estabelece. Então, contar com o MEC como parceiro já é uma força muito grande.

Mas há outros parceiros que precisamos conquistar e que temos certeza que já estamos conquistando, como, por exemplo, a SENASP — Secretaria Nacional de Segurança Pública, as Escolas Superiores da Magistratura e do Ministério Público,



tanto as federais quanto as estaduais, para trabalharmos com todos os operadores do sistema de Justiça e de segurança, a fim de levarmos às academias de polícia a necessidade de se trabalhar disciplinas ou temas de direitos humanos junto aos policiais.

Na contramão do que diz o senso comum, no sentido de que direitos humanos é coisa de bandido, temos uma obra clássica, um trabalho de educação em direitos humanos com policiais, de um autor chamado Ricardo Balestreri, um dos colaboradores da SENASP, que diz que direitos humanos é coisa de polícia. O policial é o agente do Estado talvez mais próximo da população. Então, ele deve ser o promotor de direitos humanos primeiramente. E aí a conquista do policial também é um trabalho árduo a ser feito, porque existe todo um estereótipo do policial como violador. Precisamos resgatar a missão do policial e a sua própria auto-estima. Mais uma vez trata-se de conquistar parceiros.

Na educação não-formal, há todo um trabalho com a sociedade civil que já estamos realizando. Respondendo a sua pergunta, há, sim, possibilidade de capacitação das lideranças da sociedade civil em direitos humanos; há, sim, possibilidade de apoio e de elaboração de cartilhas — eu mencionei algumas aqui. Vários cursos já foram realizados, inclusive junto com o Movimento Nacional de Direitos Humanos. Esse plano prevê isso e vai continuar apoiando ações desse tipo.

Mais do que conquistar esses parceiros, é preciso, no âmbito das instituições governamentais, fazer com que eles assumam essas parcerias como compromisso, como responsabilidade deles. Entendo que a luta da Secretaria, desde que foi criada, é de responsabilizar Estados e Municípios para que eles também assumam políticas locais e regionais de direitos humanos. E é esse o objetivo e a meta da nossa Conferência Nacional de Direitos Humanos que vem por aí: a construção de um Sistema Nacional de Direitos Humanos. Trata-se de iniciativa não só para organizar e coordenar ações de promoção, defesa e reparação de direitos humanos, mas também para responsabilizar os agentes públicos que têm a competência de garantir, promover e efetivar direitos.

A respeito das metas e dos orçamentos para o plano, o Comitê, na última reunião mencionada pela Profa. Aida, iniciou trabalho de planejamento estratégico,



exatamente para definir as metas que pretende alcançar com esse plano e verificar a disponibilidade de recursos.

De fato, mais uma vez, dentro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, os recursos não são suficientes para fazer esse plano todo acontecer, mas exatamente pelo fato de que não é a Secretaria a única responsável pela implementação desse plano. Então, o MEC se compromete com recursos, na SENASP também já existem recursos específicos para trabalho com policiais, e nós continuamos, como já temos feito até aqui nessa gestão, buscando parcerias da iniciativa privada.

No que se refere a ações, por exemplo, de garantia de direitos da criança e do adolescente, somente no ano passado houve aporte de mais de 14 milhões de reais ao Fundo da Criança e do Adolescente, exatamente para trabalhos de garantia, defesa e promoção de direitos humanos. Então, o trabalho da Secretaria nesse sentido é exatamente de identificar essas fórmulas e conquistar parcerias sem perder a esperança.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Obrigado.

Com a palavra o Sr. Iradj Roberto.

O SR. IRADJ ROBERTO EGHRARI - Acho que vou fazer a Ana perder esse avião. Eu queria falar um pouco. Você depois vai ouvir o que direi aqui; vai sair na televisão.

Acho que a Ana tocou em um ponto fundamental: o sistema foi cruel o suficiente para usar aquilo que há de mais precioso no ser humano, a sua capacidade de saber que sabe, o tal do *homo sapiens sapiens*, aquele que sabe que sabe; usou a sua consciência e a sua inconsciência de forma a aprisioná-lo.

Um sábio oriental conta uma história de que uma águia voava alto — e é a característica das águias — e, num dado momento, viu-se atraída por um brilho no solo e se aproximou desse brilho. Quando aterrizou nesse piso brilhante, viu que era na verdade um poço de lama e lodo. Ela ficou presa nele. Ao se debater para sair desse lamaçal, afundou as asas, que se encheram de lodo e de barro. Veio o sol escaldante e secou as asa da águia, que não conseguiu mais voar. Então, ela teve



que se satisfazer com a vida no solo. Por mais que se diga a essa ave o que significa voar, ela não entende mais.

O ser humano, eu acredito, atraído pelo brilho da vida material, esqueceu da sua verdadeira natureza. E, ao esquecer-se da sua verdadeira natureza, ele esquece desse detalhe humano. De repente, nós nos tornamos simplesmente escravos daquilo que Ana, com muita propriedade, disse. Nós nos tornamos escravos dos desejos. E os nossos desejos, numa sociedade altamente materialista, forçam-nos a nos tornarmos absolutamente individualistas. E quando eu me torno individualista, não quero saber que direito é de quem. E que humano coisa nenhuma! Eu quero tratar daquilo que é meu por direito. Eu quero a minha felicidade. Eu quero a minha realização. Eu quero os meus desejos atendidos.

Que se matem aqueles que estão na Casa de Custódia. Que se acabem aqueles meninos aos quais a vida não deu chance de revelarem o seu verdadeiro potencial. Que se esvaia todos os desejos dos outros, porque os meus eu quero que se mantenham.

Educar em direitos humanos — e é o que diz o nosso Plano Nacional — é o resgate de algo sobre o que é meio proibido falar nos fóruns intelectuais e acadêmicos: a espiritualidade. É a volta da minha verdadeira natureza humana. E o nosso Plano fala em resgate de valores humanos, uma forma elegante de se falar em espiritualidade hoje em dia. Se eu falo em valores humanos, cães, gatos e cavalos não têm valores, têm instinto. Os únicos que têm valores são os humanos. A única coisa que nos distingue dos demais seres criados é a nossa capacidade de refletir acerca de valores que nós mesmos definimos, aprendemos, adquirimos, enfim, em que nos inspiramos.

O maior desafio de um Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, o maior desafio da educação em direitos humanos, é o resgate do fato de sermos humanos. Sobre o que isso significa talvez nós não tenhamos muita unidade, mas o resgate do humano é fundamental. No momento em que esse resgate acontece, no momento em que eu torno o indivíduo sujeito de direitos, ele é essencialmente humano. Ele não pode ser essencialmente animal. Essencialmente animal é o que estão nos tornando, fazendo com que sejamos essencialmente consumidores, essencialmente violentos, essencialmente individualistas, essencialmente crentes



numa ilusão, a ilusão de que desse mundo eu levo o que eu ganho. Então, escravos de poder, escravos de uma série de coisas.

Neste momento, resgatamos a educação em direitos humanos como esse valor universal máximo, como essa possibilidade de realização máxima humana. É o início de uma caminhada.

Eu queria responder muitas das perguntas e observações, mas eu acho que já falei sobre essa questão talvez um tanto filosófica, mas acho que essencial. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Concedo a palavra à Sra. Mary Caetana Aune.

A SRA. MARY CAETANA AUNE - Como disse o Carlos Alberto no começo, fica difícil falar depois de tantas pessoas dizerem tantas coisas boas.

Sinto-me plenamente contemplada, especialmente com as falas do Herbert e do Iradj, que disseram para não desistirmos. Tenho amigas que trabalham com educação de jovens tanto no CAJE quanto em outros sistemas penitenciários e que não desistem. A educação em direitos humanos precisa de pessoas que não desistem.

Não se trata só de trabalhar com crianças. A educação em direitos humanos tem que ser direcionada a todos os públicos. Tentamos revelar com essa pesquisa que existe a possibilidade de se trabalhar a educação em direitos humanos com diversos públicos, com diversos setores da comunidade.

Como o Iradj disse há pouco, educar em direitos humanos é justamente trazer esses valores, a espiritualidade que está faltando. Temos ficado muito presos. Como disse o Deputado Orlando Fantazzini há pouco, a mídia é uma grande formadora de valores e conceitos do ser humano. Conseguir utilizar, por exemplo, com o projeto do fórum, a mídia a nosso favor, para educar também em direitos humanos, é um passo de formiga, mas é um passo para a construção de um mundo melhor.

Educar em direitos humanos é fazer com que as pessoas absorvam esse compromisso com a construção de uma cultura de valorização dos direitos humanos de forma geral.

Não vou comentar os outros aspectos ditos, porque foi uma Mesa muito gostosa e produtiva. O importante é que possamos sempre ter esse espaço, para



trazer todas essas indagações. Dessa forma, há a possibilidade de quebrar um pouco a hegemonia sobre o que o Deputado falou há pouco. São mecanismos de que dispomos para quebrar a hegemonia, trazer as pessoas de volta, resgatar a espiritualidade, os valores que estão ficando perdidos no meio do caminho.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Antes de encerrar, consulto se o colega quer se manifestar.

Peço desculpas pela insistência, Profa. Aída. Os argumentos da senhora são sólidos e convincentes, quando diz que a educação em direitos humanos deve permear o currículo. Mas a senhora também anuncia que é uma intenção, um ideal. Considero atingível esse ideal, embora num largo tempo, num prazo muito amplo. Precisamos fazer algo no curto prazo.

A senhora, de algum modo, aquiesceu em admitir que no processo de admissão, de ingresso em atividades públicas como servidores, do menor ao maior grau, as pessoas devam passar por uma avaliação de conhecimentos em direitos humanos, para bem exercerem a função pública. São empregados do povo, todos eles, até os magistrados do Supremo Tribunal Federal. A senhora admite que pode estar certa essa estratégia. Acrescento que, durante o prazo de 3 anos, o prazo do estágio probatório, essas pessoas devem ser submetidas ao aprendizado, para conhecer os direitos dos cidadãos e respeitá-los. Se a senhora concordar com isto e também o Sr. Herbert, como representante da Secretaria, como poderiam ajudar e oferecer subsídios à Comissão, em particular a mim, para transformarmos essa idéia em ação, em uma meta, e como implementá-la?

A SRA. AIDA MARIA MONTEIRO SILVA - Temos que ampliar realmente essa discussão e elaborar um projeto de lei ou algo nesses termos, para que possa haver a materialidade. A idéia se materializa com propostas concretas.

Quando apresentamos, Deputado, a compreensão da educação em direitos humanos permeando o currículo escolar foi em função das nossas pesquisas, das experiências que tivemos pelo Brasil afora. Digo isso com muita propriedade, porque venho trabalhando nessa área desde o final da década de 80, época em que tive a grata satisfação, no Estado de Pernambuco, de levar essa discussão ao sistema educacional, no período de 1987 a 1991, para a educação em direitos humanos



permeiar o currículo. Era preciso que os educadores começassem a se preparar. Isso não pode ser dissociado de um processo de capacitação dos educadores de modo geral e, conseqüentemente, daqueles que estão gerindo a educação, os técnicos da Secretaria, os gestores, enfim, aqueles que têm responsabilidade de gestão no sistema formal.

Por exemplo, se existe uma escola ou um local de trabalho educativo em que não se conseguiu a adesão, mas há 1, 2, 3 pessoas que começam a experiência, isso vai se ampliar.

Por outro lado, trago a experiência que vivenciamos em uma escola no Jardim Ângela. Para quem não conhece bem a realidade do lugar, Jardim Ângela é um dos locais mais violentos — pelo menos era assim até o ano 2000 — do Brasil, quem sabe do mundo, com altíssimo índice de assassinato de jovens. Trabalhamos com um projeto de escola ali. Foi uma das coisas mais bonitas que já vi. O próprio índice de mortalidade dos jovens era objeto de conteúdo da Matemática, na soma, na multiplicação, na divisão. A cesta básica também era objeto de estudo dos alunos: o que uma cesta básica representa dentro de uma família de 3, 5, 6, 10 pessoas. Há todas as operações matemáticas que se pode fazer, as estatísticas, quadros, enfim, várias formas de trabalho, porque isso implica concepção de valores, de conhecimento e de ação.

Em outros patamares de ensino, como, por exemplo, no ensino superior ou na pós-graduação, é impossível trabalhar numa perspectiva interdisciplinar, porque eles estão organizados de maneira fragmentada, com as disciplinas. Os professores não se encontram, em função dessa organização departamental. Isso leva, muitas vezes, a um trabalho muito isolado. Temos experiências muito interessantes. Eu mesma trabalho com uma disciplina assim, que tem, inclusive, virado a cabeça dos alunos. Sempre introduzo a disciplina no início dos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado. Isso tem provocado mudanças de projetos e até de rumos de vida de algumas pessoas. Tenho uma aluna que se qualifica na próxima semana. Ela era advogada e não exercia a função, porque não acreditava que o Direito pudesse contribuir com os direitos humanos. Depois dessas disciplinas, ela começou a rever a possibilidade do instrumental que tem, o conhecimento jurídico, voltado para a defesa dos direitos humanos.



São várias as formas para se trabalhar. O receio é de que implementemos uma disciplina e, de repente, trabalhemos de forma aligeirada. Em meu Estado, tivemos que fazer um trabalho com o Secretário de Educação para que não introduzisse a disciplina, porque o processo surgiu de um projeto de lei de um Deputado, em Pernambuco, e de repente soubemos que a disciplina estava sendo trabalhada com os manuais de Moral e Cívica, um retrocesso total.

Esse é um processo em que deve haver, como dizia Paulo Freire, a paciência e o paciente. Essa formação demanda tempo e é de construção. E não se faz construção de uma hora para outra.

A SRA. MARIA ELIANE MENEZES DE FARIAS - Sr. Presidente, posso fazer uma pergunta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Por favor, diga o nome da senhora.

A SRA. MARIA ELIANE MENEZES DE FARIAS - Meu nome é Maria Eliane Menezes de Farias. Sou Subprocuradora-Geral da República.

Primeiro, eu gostaria de dizer a V.Exa. que na minha concepção a demanda gera oferta. Lutei muito na Procuradoria-Geral da República para que se introduzisse a cobrança, nos concursos para Procurador da República, da disciplina Direitos Humanos. A partir de 2002, essa disciplina foi introduzida e tem gerado perspectiva diferente de atuação, quando esse pessoal toma posse. Tenho a impressão de que se incluíssemos essa exigência nos concursos públicos, fatalmente geraria algum tipo de demanda, para que essa disciplina se estruturasse.

Gostaria de fazer uma indagação à minha conterrânea, que tive o prazer de conhecer hoje, a Profa. Aída Monteiro. Em algum ponto do plano há a previsão de estratégia para impedir ou minimizar a reprodução de comportamentos hostis aos direitos humanos? Senão, vamos cair na pendência dos biscoitos Tostines: *“Vende mais porque é torrãozinho, ou é torrãozinho porque vende mais?”* Não vamos conseguir cortar esse ciclo vicioso do que seja a apresentação de todos esses valores pela mídia, a absorção deles pelo sujeito, a geração de mais violência por conta disso. Enfim, gostaria de saber se há previsão de estratégia para cortar ou minimizar esse tipo de situação.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Profa. Aida, antes de a senhora responder, quero dizer que a senhora trouxe uma contribuição muito importante. Por isso vou insistir para que examinem, estudem, aprofundem-se nesse tema. Se for o caso de produzirem contribuição para a Câmara dos Deputados, ficaremos muito felizes. Refiro-me à sua intervenção na primeira parte.

A SRA. AIDA MARIA MONTEIRO SILVA - Bem, respondendo à minha conterrânea, eu diria que um plano de governo é um programa de diretrizes. E por ser um plano sobre temática tão polêmica e que, ao mesmo tempo, traz uma realidade muito forte da violação dos direitos humanos, nós nos preocupamos, na construção do plano — podemos até rever isso, porque ele está em processo —, em não entrar com encaminhamentos proibitivos, mas muito mais com sugestões de adesão.

Quando dizemos, por exemplo, ser necessário talvez haver intervenção mais direta na questão da mídia, das propagandas de modo geral, acho que ela passa por aí, de maneira que não haja só sensibilização. A sensibilização é um momento. É preciso ir além da sensibilização da população e criar alguns mecanismos de efetivação do plano. Mas esses mecanismos vão realmente valer se houver adesão do conjunto da sociedade. Isso também está sendo construído.

O plano aponta nessa direção. Estamos em fase de elaboração do planejamento estratégico. Aí vem a cobrança que o Deputado Jairo Carneiro nos faz sobre as metas. Elas virão dentro disso e também algumas especificidades, que vamos delineando, dessas diretrizes mais amplas de uma política de ação.

Não sei se vocês gostariam de complementar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Se não houver objeção de integrantes da Mesa, vamos ouvir por último o Dr. Herbert Borges Paes de Barros.

O SR. HERBERT BORGES PAES DE BARROS - Quero só acrescentar à contribuição da Dra. Maria Eliane também outras experiências de que temos notícia. Por exemplo, nos concursos para as carreiras da Polícia Federal também já são incluídos temas e a disciplina Direitos Humanos, tanto nos concursos para as carreiras de delegado, como para as de agente, perito e papiloscopista. E parece-me que já há resultado positivo dessas medidas. Se analisarmos, por exemplo, as estatísticas relativas a denúncias ou alegações de tortura, as denúncias relativas à



Polícia Federal são mínimas, quase inexistentes, em contraponto com o que acontece com as Polícias Civil e Militar.

Então, de fato, é uma estratégia bastante adequada. A demanda nesse sentido vai criar a oferta. Vamos apresentar subsídios ao Deputado e à Comissão, trabalhando juntos para a construção de um projeto de lei, se é a lei o meio mais eficaz para obrigar que os concursos incluam essa disciplina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jairo Carneiro) - Queremos agradecer a todos a presença, aos ilustres convidados em particular. Creio que foi um momento muito importante na vida desta Comissão e da Câmara dos Deputados. Estamos ansiosos para receber outras contribuições e subsídios que venham dos ilustres convidados palestrantes, de qualquer pessoa do povo ou de qualquer autoridade que esteja também integrando este plenário.

Agradecemos a todos. A Casa está à disposição de todos.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião. (*Palmas.*)